CONCORRÊNCIA *n° 9000./2025*

**CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 985.865**

MUNICÍPIO DE NITERÓI, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA.

## OBJETO

Prestação de serviços para elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos de Niterói, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R$** 6.819.209,11 (seis milhões, oitocentos e dezenove mil, duzentos e nove e onze centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/08/2025 às 11:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global.

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

**SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025**

Processo Administrativo n° 9900077083/2024

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA, sediado na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258, Centro, Niterói/RJ, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital *no dia 08/08/2025.*

1. **DO OBJETO**
   1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Niterói conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. A licitação será realizada em único item.
2. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
   1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no sistema de compras do governo federal [(www.gov.br/compras),](http://www.gov.br/compras)) por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
      1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
      2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
   2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
   3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
   4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
   5. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano- calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.1 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

* 1. Não poderão disputar esta licitação:
     1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
     2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
     3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
     4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
     5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
     6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
     7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
     8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;
     9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
     10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  2. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
  4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
  5. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
  6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm).
  7. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
  8. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:
  9. as empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;
  10. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
  11. o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato, nos termos do compromisso firmado conforme item 2.14.;
  12. as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;
  13. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

1. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
   1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
   2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
   3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.
   4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
      1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
      2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#art7);
      3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);
      4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
   5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16).
   6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art42), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art4§1)
      1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a

assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

* + 1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  1. A falsidade da declaração de que trata os itens [3.2](#_bookmark1) ou [3.6](#_bookmark2) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e neste Edital.
  2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances

e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

* 1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
  2. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
  3. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  4. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  5. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
  6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  7. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  8. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
  9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
  10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
  11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

1. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
   1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. valor unitário mensal e total do item;
      2. Quantidade cotada;
      3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
   2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
   3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
   4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
   5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
   6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
   7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
   8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
      1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
      2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
   9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) [Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
   10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
2. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
   3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
   4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
   5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total item.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
   8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).
   9. Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Agente de Contratação. Todavia, durante o transcurso do

período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

* 1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
  2. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa

“aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

* + 1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
    2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
    3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
    4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
    5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar
    6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
    7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
  1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  3. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  6. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm).
     1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
     2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
     3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
     4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
     5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art60), nesta ordem:
        1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
        2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
        3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
        4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
     6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
        1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
        2. empresas brasileiras;
        3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
        4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm#%3A~%3Atext%3DLEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.%26text%3DInstitui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre%2CPNMC%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias) [dezembro de 2009](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm#%3A~%3Atext%3DLEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.%26text%3DInstitui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre%2CPNMC%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias).
        5. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios previstos no caput e no § 1º do art. 60 da Lei 14.133, de 2021, realizar-se-á o sorteio entre as propostas empatadas, de acordo com a disponibilidade da funcionalidade pelo sistema adotado pelo Município.
  7. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
     1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
     2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
     3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
     4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
     5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
     6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
  8. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
  9. Capacidade Técnica para o fornecimento do serviço;
  10. Comprovação de Experiência com PMRR participativo.

1. **DA FASE DE JULGAMENTO**
   1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art14), legislação correlata e no item

[2.5](#_bookmark0) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
5. Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União
   1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm#%3A~%3Atext%3D%C3%A0s%20seguintes%20comina%C3%A7%C3%B5es%3A-%2CArt.%2Cn%C2%BA%2012.120%2C%20de%202009))
   2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
      1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
      2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
      3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
   3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
      1. contiver vícios insanáveis;
      2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
      3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
      4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
      5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
   4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
      1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
         1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
         2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
      2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
   5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
   6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
      2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
      3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
   7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
      1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
      2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
   8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
   9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
   10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
6. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
   1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art62).
      1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
   2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo Agente de Contratação por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.
      1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
      2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o Agente de Contratação, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar as certidões válidas.
      3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.
      4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
   3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
7. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
8. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
   1. O Agente de Contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
      1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
   2. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
   3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.
   4. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.
   5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
      1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
      2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
   6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
   7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8660.htm) ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
      1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.
      2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
   8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
      1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico- financeira, haverá um acréscimo de 10 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
   9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.
   10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
   11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art63)).
   12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
   13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
   14. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
       1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado e segunda à sexta-feira, das 9 horas às 18 horas, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
       2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
   15. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
       1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
   16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
       1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
   17. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
       1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação .
       2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
   18. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
       1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
       2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
   19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64) e complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
       1. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
   20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
   21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem [7.20.1](#_bookmark3).
   22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
   23. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
   24. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
9. **DOS RECURSOS**
   1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165) [165 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165).
   2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
   3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
      1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
      2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
      3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
      4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art17§1) [2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art17§1), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
   4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
   5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
   6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
   7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
   9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://eciga.niteroi.rj.gov.br/>.
10. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
    1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
       1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;
       2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
          1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
          2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
          3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
          4. deixar de apresentar amostra;
          5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
       3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
          1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
       4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
       5. fraudar a licitação
       6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
          1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
          2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
          3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
       7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
       8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5).
    2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
       1. advertência;
       2. multa;
       3. impedimento de licitar e contratar e
       4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
    3. Na aplicação das sanções serão considerados:
       1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
       2. as peculiaridades do caso concreto
       3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
       4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
       5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
    4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 **(vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
       1. Para as infrações previstas nos itens [9.1.1](#_bookmark4), [9.1.2](#_bookmark5) e [9.1.3](#_bookmark6), a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
       2. Para as infrações previstas nos itens [9.1.4](#_bookmark7), [9.1.5](#_bookmark8), [9.1.6](#_bookmark9), [9.1.7](#_bookmark10) e [9.1.8](#_bookmark11), a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
    5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
    6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
    7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [9.1.1](#_bookmark4), [9.1.2](#_bookmark5) e [9.1.3](#_bookmark6), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
    8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens [9.1.4](#_bookmark7), [9.1.5](#_bookmark8), [9.1.6](#_bookmark9),

[9.1.7](#_bookmark10) e [9.1.8,](#_bookmark11) bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens [9.1.1](#_bookmark4), [9.1.2](#_bookmark5) e

[9.1.3](#_bookmark6) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5) [14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5).

* 1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item [9.1.3](#_bookmark6), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
  2. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
  3. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
  4. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
  5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
  6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
  7. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, a Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato a ser celebrado, sem prejuízo da aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis, caso seja comprovada, durante ou após o processo licitatório ou durante a execução do contrato, a prática de ato lesivo à administração pública por parte da licitante vencedora, seus sócios, dirigentes, representantes legais ou prepostos.
  8. A prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, sujeitará o licitante ou contratado às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, e declaração de inidoneidade, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e penal.

1. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
   2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
   3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [copli@administracao.niteroi.rj.gov.br,](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br) mediante confirmação de recebimento.
   4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
      1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
   5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
2. **FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**
   1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.
   2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
   3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.
   4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
   5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.
   6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 11.4.
3. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
   2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
   3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
   4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://niteroi.rj.gov.br/licitacoes/.
   11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência;
       2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
       3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar;
       4. ANEXO IV – Declaração de Requisitos de Habilitação;
       5. ANEXO V – Declaração de Sigilo Declaração de Requisitos de Habilitação;
       6. ANEXO VI – Proposta de Preços;
       7. ANEXO VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
       8. ANEXO VIII – Declaração de cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
       9. ANEXO IX – Declaração de idoneidade;
       10. ANEXO X – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
       11. ANEXO XI – Declaração de Superveniência;
       12. ANEXO XII - Declaração de ciência do Termo de Manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes;
       13. ANEXO XIII – Ordem de serviço,
       14. ANEXO XIV – Instrumento De Medição De Resultado – IMR.

Niterói, 25 de junho de 2025.

Walace Medeiros Barbosa

Secretário Adjunto Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência Matrícula: 1.247.556-0

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

**SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA**

(Processo Administrativo n° 9900077083/2024)

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

* 1. Contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Niterói, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **I T E M** | **ESPECIFICAÇÃO** | **CAT SER** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTI DADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| **1** | Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. O Plano Municipal de Redução de Riscos do Município deverá compreender os Seguintes Produtos; Mapeamento das áreas de risco de escorregamentos e movimentos gravitacionais de massa do município, setorizando e classificando os setores de risco previstas em BRASIL, 2007;  Mapeamento das áreas  de risco de inundações no município, | Grupo 831  Serv | Mês | 24 Meses | R$ 284.133,71  (duzentos e  oitenta e quatro mil cento e trinta | R$ 6.819.209,11  (seis milhões  oitocentos e dezenove mil |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | setorizando e classificando os Setores de risco delimitados de acordo com as classes de risco previstas em BRASIL, 2007;  Proposição de intervenções estruturais de redução de riscos, apresentando a proposição de Obras de mitigação de riscos aos processos geodinâmicos mapeados em cada área de Risco. - Estimativa de custos e priorização das intervenções estruturais para as obras de mitigação para os processos de escorregamentos; Proposição de intervenções não estruturais de redução de riscos, compreendendo as ações que não empregam construções físicas e que aplicam o conhecimento, as práticas e os acordos existentes para reduzir o risco e seus impactos, especialmente através de políticas e leis, de maior conscientização pública, de capacitação e de educação (UNISRD, 2009); análise da área de influência das intervenções estruturais, indicadas pela Secretaria Municipal do Clima,  Defesa Civil e | 94 |  |  | e três reais e setenta e um, centavos) | duzentos e nove reais e onze centavos) |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Resiliência bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras. |  |  |  |  |  |

* 1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
  2. Os serviços objeto desta contratação não serão parcelados, tendo em vista o objeto deste Termo de Referência será executado de forma integral e indivisível, em razão da natureza técnica especializada e continuada do serviço de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), cuja execução requer coerência metodológica, integração entre etapas e uniformidade de critérios técnicos, não sendo viável ou recomendável seu parcelamento.
  3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
  4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

* 1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
  2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

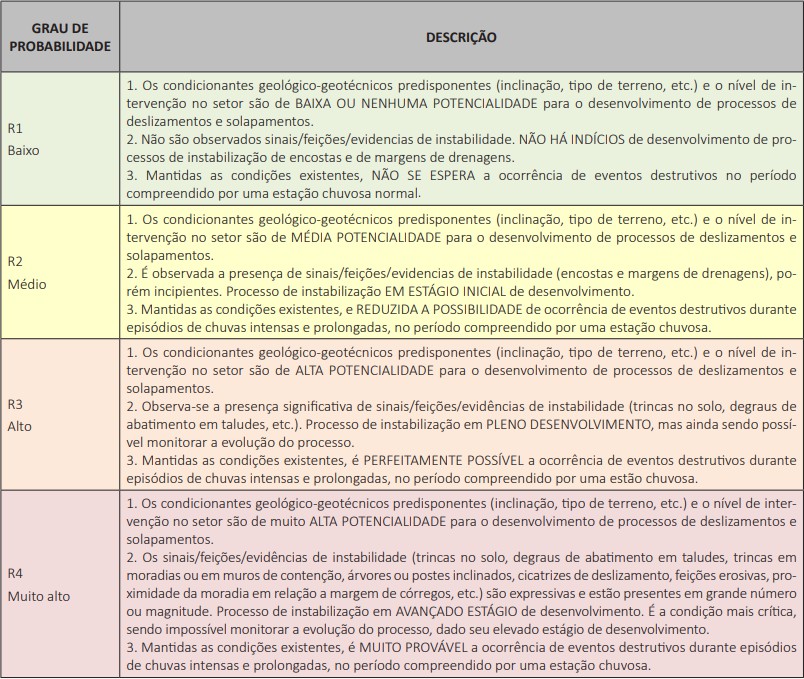
* 1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, sendo válido apresentar no presente documento as especificações do serviço.
  2. **Das Áreas**
     1. Quanto ao Risco a Movimentos Gravitacionais de Massa as áreas do município de Niterói que serão mapeadas, correspondem aos segmentos do município onde se observa a reincidência de deflagração de processos de deslizamentos ao longo dos anos, através do monitoramento da Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, com base na consulta ao banco de dados de atendimentos a ocorrências e vistorias preventivas

registradas no Sistema de Informação da Defesa Civil (SIDEC), armazenadas desde 2004, com dados de coordenadas geográficas disponíveis desde 2013 (WGS84).

* + 1. Essas áreas se concentram em cerca de 117 comunidades desenvolvidas em encostas, identificadas pelo município através da plataforma SIGEO. A Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, disponibilizará à contratada, arquivos digitais, contendo a identificação e delimitação destas áreas.
    2. Quanto ao risco hidrológico, as áreas a serem mapeadas quanto inundações, correspondem às delimitações dos corpos hídricos e dos setores indicados pela Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência com base na consulta ao banco de dados de atendimentos a ocorrências e vistorias preventivas registradas no Sistema de Informação da Defesa Civil (SIDEC). Todo processo de escolha e priorização das áreas relacionadas será feito pela SMCDCR.
    3. Também será objeto de mapeamento os setores onde foram executadas, recentemente, obras de contenção e drenagem que estão sob o status “concluídas” e “em conclusão”, contratadas pela Prefeitura de Niterói (ANEXO1).
    4. Quanto aos segmentos mapeados relacionados às obras de contenção/drenagem, será identificada e analisada a área de influência destas intervenções estruturais, bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras.
  1. **Do Mapeamento**
     1. O mapeamento das áreas deverá atender aos critérios e metodologia definidos pela Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência. Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:
     2. Caracterização do meio físico e do uso e ocupação do solo nas áreas de risco selecionadas, visando o entendimento dos processos desencadeadores de desastres; Mapeamento das situações de risco relacionadas a movimentos de massa e/ou inundações e processos correlatos, com delimitação dos setores de risco e indicação de moradias e número de pessoas ameaçadas; Indicação de alternativas para execução de intervenções estruturais visando o controle e redução dos riscos mapeados, com estimativa de custos e critérios de priorização.
  2. Quanto ao Risco de Movimentos Gravitacionais de Massa:
     1. O mapeamento de risco será executado por meio de investigações geológico- geotécnicas de superfície, buscando identificar condicionantes dos processos de instabilização, evidências de instabilidade e indícios do desenvolvimento de processos quanto a movimentos de massa; indícios de atingimento, evidências do raio de alcance do processo e a gravidade do processo que afeta os elementos sob risco de acordo com o que preconiza Ministério Das Cidades/ Instituto De Pesquisas Tecnológicas Do Estado De São Paulo – IPT.
     2. O mapeamento de risco hidrológico contemplará a identificação e análise de áreas sujeitas a inundação do município de Niterói, onde serão avaliadas diversas condicionantes geológicas, geotécnicas e hidrológicas importantes para a caracterização dos processos de inundação/alagamento: tipologia do canal, largura máxima, altura máxima da margem do canal, distância das moradias, assoreamento do canal, solapamentos de margens, intervenções, obstruções, dados históricos de evento de inundação (raio de alcance máximo, altura máxima de inundação, quantidade de chuva registrada). Também serão levantados aspectos específicos, tais como o padrão construtivo das habitações (madeira, alvenaria, misto), bem como, o estágio da ocupação atual, incluindo aspectos gerais sobre infraestrutura urbana implantada, tais como: condições das vias (pavimentada, terra, escadarias), sistemas de drenagem.
  3. Quanto às atividades de trabalho de campo, serão adotados os procedimentos recomendados por Cerri et al. (2007):
     1. Para a delimitação dos setores de risco, será atribuindo, para cada setor, um grau de probabilidade de ocorrência de processo de instabilização (escorregamento de encostas ou solapamento de margens de córregos), considerando o período de um ano, com base nos critérios descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Graus de Risco Segundo Ministério das Cidades (2007)

Orientações gerais para classificação dos graus de risco a movimentos de massa, erosões, subsidência, solapamento ou colapso, movimentação de dunas, expansão e contração de argilas (Modificado de Ministério das Cidades & IPT, 2007)



* + 1. Um setor de risco corresponderá um espaço definido dentro do assentamento sujeito a um determinado processo destrutivo potencial, cujas evidências ou indicadores predisponentes foram identificados em campo;
    2. A representação de cada setor de risco identificado será em cópias de fotografias aéreas oblíquas de baixa altitude, imagens de satélite ou fotografias de solo, cuja escala permita a identificação das moradias existentes no setor;
    3. Serão estimadas as consequências potenciais do processo de instabilização, por meio da avaliação das possíveis formas de desenvolvimento do processo destrutivo atuante (por exemplo, volumes mobilizados, trajetórias dos detritos, áreas de alcance, etc.);
    4. Serão registrados os números de moradias ameaçadas (total ou parcialmente), em cada setor de risco;
    5. Os resultados das investigações geológico-geotécnicas e das interpretações devem ser registrados em fichas (área de interesse e do setor).
    6. O município será cartografado sob a perspectiva de risco muito alto, alto e médio de acidentes associados a movimentos gravitacionais de massa e inundações, a partir de uma análise qualitativa, segundo a metodologia supracitada.
    7. Caberão aos setores de criticidade classificada como muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2) risco: a) a identificação do setor, b) análise do setor; c) delimitação do setor de risco; d) contabilização de moradias expostas ao risco; e) levantamento de dados de vulnerabilidade social; f) indicação de concepção de intervenções estruturais e estimativa dos custos necessários para as intervenções, bem como para a elaboração de seus projetos básicos e executivos; g) proposta de medidas não estruturais.
    8. Os setores de criticidade classificados como Risco Baixo R1, não serão alvo de análise.
    9. Quanto ao levantamento de dados de vulnerabilidade social, será executado nos setores classificados de risco muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2), e terá caráter orientativo. Este levantamento visa o repasse das informações para a Secretaria de Assistência Social, sendo eles:
       1. Os dados sociais dos residentes das áreas de risco muito alto deverão compreender no mínimo: nome dos moradores, quantidade de moradores, informação acerca de PCD's, Idosos e crianças, bem como a quantidade e espécie de animais domésticos.
    10. As avaliações das intervenções geotécnicas deverão levar em consideração os aspectos abordados nas normas vigentes.
    11. O mapeamento para verificação da mitigação de risco deverá ser realizado levando em consideração as características geomorfológicas das áreas e a abrangência das intervenções de estabilização e/ou obras de urbanização e drenagem realizadas. O mapeamento em questão deverá ser realizado utilizando-se da metodologia empregada na Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência de Niterói para Movimentos Gravitacionais de Massa, associada às análises das intervenções geotécnicas empregadas em cada setor.

## REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Sustentabilidade:**

* 1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente demanda, conforme justificativa abaixo:
     1. No escopo desta contratação não foram identificados elementos que possam gerar impacto ambiental em sua execução.
     2. Entretanto, a contratada deverá empregar, sempre que possível e no que couber para a correta execução do objeto, materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

**Da participação de empresas sob a forma de consórcio**

* 1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

**Subcontratação**

* 1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que se trata de serviço técnico especializado que demanda conhecimento específico, domínio metodológico e capacidade operacional comprovada da empresa contratada, sendo essencial que a execução seja realizada diretamente por equipe qualificada e sob responsabilidade da própria contratada, a fim de garantir a coerência técnica, a integridade dos entregáveis e a adequada responsabilização contratual.

**Garantia da contratação**

* 1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
     1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
     2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
     3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Vistoria**

* 1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Condições de execução**

* 1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
     1. Início da execução do objeto: Início dos serviços a partir da emissão da ordem de serviço;
     2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
     3. Cronograma de realização dos serviços:

**Primeira Fase - Corresponde a etapa de planejamento, e se refere ao período de compilação de dados e elaboração de elementos norteadores das atividades de campo e escritório:**

* + 1. Primeira Fase – Atividades - Nesta fase serão realizados levantamento de dados. Todas as informações técnicas acerca de deslizamentos, queda/tombamento/rolamento de blocos, além de enchentes e inundações referentes ao município de Niterói deverão ser analisados pela CONTRATADA, principalmente as que se referem aos mapeamentos pretéritos executados no município, sejam pela SMCDCR ou por outros executores. Neste sentido, a SMCDCR disponibilizará a CONTRATADA seu acervo de mapeamentos executados pela própria SMCDCR, bem como o inventário onde constam as ocorrências e solicitações que se relacionam movimentos gravitacionais de massa e inundações, e outros trabalhos técnicos pertinentes ao tema, desenvolvidos no município. Nesta fase a CONTRATADA deverá:
    2. Elaborar “mapa síntese” onde deverão ser plotados todos os setores de risco identificados durante a execução dos levantamentos de dados, a fim de se verificar a concentração de pontos nas áreas de interesse, com intuito de subsidiar a elaboração do plano de trabalho. Neste mapa também deverão constar as intervenções/obras de contenção de encostas realizadas na cidade nos últimos ano.
    3. Elaborar plano de trabalho detalhado onde deverá constar o cronograma de abordagem de todas as áreas de interesse presentes no mapa síntese.
    4. Desenvolver modelos dos produtos que serão elaborados na segunda fase de execução do PMRR-Niterói, que deverão ser acordados com a SMCDCR, entre eles: Carta de Risco a movimentos gravitacionais de massa e inundação/alagamento, “Espelhos de Risco” a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, “Espelhos de Risco” remanescentes das áreas previamente contempladas por medidas estruturais, ficha de campo (área de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico).
    5. Criar um banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto – os dados que comporão a Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico, relatório técnico, fichas de campo, espelhos de risco, fotos de campo, fotos aéreas, imagens de sensoriamento remoto e delimitação dos polígonos de risco e as delimitações das indicações de intervenções estruturais em arquivos do tipo KML ou KMZ.
    6. Desta forma, os produtos que deverão ser entregues na primeira fase da execução do PMRR-Niterói: Mapa síntese com a escala sugerida de 1:20 000 , ou outra que possibilite melhor visualização, com a distribuição espacial dos dados técnicos compilados, quanto às ocorrências de movimentos de massa, enchentes e/ou inundações, em formato digital e impresso, plano de trabalho detalhado em formato digital e impresso e os modelos dos produtos que serão elaborados na segunda fase de execução do PMRR- Niterói.
  1. **Segunda Fase** - A segunda fase da execução do PMRR-NITERÓI se relaciona às atividades de campo e a entrega dos produtos que correspondem a execução do mapeamento. Nesta fase a CONTRATADA deverá:

1. A CONTRATADA deverá realizar a pré-setorização que deverá ser delimitada em foto obliqua ou imagens de satélite, que subsidiarão as atividades de campo. A CONTRATADA deverá obter fotos oblíquas e/ou ortofotos por meio de sobrevoo de veículo aéreo não tripulado (VANT) para os setores que serão vistoriados, quando houver necessidade. Para isto, deverá ser verificada a qualidade das imagens de satélite disponíveis no momento da análise.
2. Realizar vistoria de campo nas áreas de interesse, de acordo com o plano de trabalho estabelecido na Primeira Fase de execução do PMRR-Niterói, com apoio das imagens de satélite, com roteiro previamente planejado e pré setorização delimitada, além da ficha de campo com informações diversas sobre aspectos físicos, urbano ambientais e sociais da área, impressa para orientação da investigação e lançamento das informações;
3. avaliar em detalhe os setores de interesse, investigando fatores condicionantes do risco, a partir do meio físico, com destaque para as características morfológicas, hidrológicas, geológicas e geotécnicas, como grau de alteração do substrato, coesão do material desagregado, estrutura das rochas e suas condições de estabilidade, declividade, fluxos de águas superficiais, cobertura vegetal, sulcos erosivos e cicatrizes de movimentos de massa pretéritos, grau de saturação do solo, entre outros.
4. observar as intervenções humanas na ocupação do setor que possam contribuir com a construção do risco (por exemplo: cortes e escavações, aterros, lançamentos de lixo, entulho, aterros, águas servidas, esgoto).
5. Identificar alguma potencialidade de instabilidade ou de ruptura, especialmente por meio de evidências observáveis como trincas e rachaduras no solo ou nas edificações, degraus de abatimento, sulcos erosivos e cicatrizes de movimentos de massa, saturação do solo, inclinação de muros, postes, árvores, entre outros, buscando avaliar o estágio de evolução do processo (inicial, intermediário, avançado, crítico).
6. compreender toda a área sujeita aos efeitos do processo destrutivo, englobando o ponto de ruptura, a área de passagem ou deslocamento e a área de acumulação, depósito ou soterramento. Este será o setor de risco, que deve ser então delimitado na imagem oblíqua impressa.
7. identificar e caracterizar, se possível, indicadores observáveis de vulnerabilidade sociais, tais como: presença de moradores idosos, pessoas com deficiências e acamados.
8. evidências de fragilidade construtiva, de instabilidade estrutural ou de degradação significativa da edificação; acúmulo de lixo significativo no entorno da moradia; evidência clara de perigo ou impacto ou dano à moradia por ocorrência pretérita, sem que haja providência observável de reparo ou mitigação por parte do morador; desorganização espacial ou adensamento excessivo das edificações na área vistoriada, afetando fluxos de drenagem superficial; e lançamento desorganizado de águas servidas sobre taludes.
9. avaliar a situação para definir o grau de risco do setor. Para isso, utilizar os critérios indicados no Quadro 1.
10. indicar tipos de intervenções estruturais mais apropriados à solução e/ou minimização das atuais situações de risco, para cada setor avaliado, tendo como objetivo orientar a execução de um conjunto de obras e intervenções, a serem desenvolvidas a curto e médio prazo. Indicador do custo financeiro das obras indicadas.
11. Fazer levantamento de todas as edificações expostas ao risco; quando possível, contabilizar o total de pessoas sob risco por setor. As cartas deverão contabilizar individualmente os imóveis por setores de risco.
12. coletar imagens fotográficas que ilustram os condicionantes e evidências observadas no setor (fotos de campo); com base no risco identificado, analisado, delimitado espacialmente pela setorização, devem ser sugeridas possibilidades de intervenção estrutural (obras de engenharia) e ações não estruturais para a redução do risco identificado.
13. identificar e analisar a área de influência das intervenções estruturais pré-determinadas, bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras, considerando as características geomorfológicas das áreas e a abrangência das intervenções de estabilização e/ou obras de urbanização e drenagem realizadas. Para essas áreas a CONTRATADA deverá fazer a correlação das edificações individualizadas ao cadastro de imóveis interditados existentes no Sistema de Informações da Defesa Civil de Niterói (SIDEC), para subsidiar as ações de desinterdição da SMCDCR.
14. Proposições de intervenções estruturais de cunho preventivo para cada setor de risco, com indicativo de medidas a serem implantadas ao longo do tempo de maneira a definir um horizonte para a redução efetiva dos níveis de risco, atacando preventivamente as causas dos processos geradores de risco.

Estas proposições deverão ser realizadas por engenheiro geotécnico com experiência nesse serviço.

O levantamento de engenharia tem por objetivo descrever e quantificar todas as intervenções estruturais geotécnicas, possibilita a determinação dos custos unitários estimados de cada ação no setor, visando o melhor relacionamento custo x benefício, com base na tabela EMOP ou SICRO/SINAPI; bem como representá-las no “Espelhos de Risco” com a indicação da proposta de intervenção por setor mapeado, elaborado na escala sugerida de 1:1000, ou outra que possibilita melhor visualização do cenário e dos imóveis em situação de risco.

1. Setores de risco baixo (R1) não serão alvo de estudo.

**Serão entregues na segunda fase de execução do PMRR- Niterói, os seguintes produtos:**

* Fichas de campo: caberá nas fichas de campo a descrição de cada setor, bem como a classificação do risco, incluindo o número de edificações e de pessoas sob risco, o levantamento quanto a vulnerabilidade social. Serão dois os formatos de ficha, um compreenderá as informações do setor e o outro das áreas de interesse com as informações de todos os setores da respectiva área de interesse. As fichas de campo por setores e por área de interesse deverão seguir padrão proposto pela CONTRATADA, aprovado pela SMCDCR na primeira fase de execução do PMRR-NITERÓI, e deverão ser entregues em formato digital e físico.
* “Espelhos de Risco”: trata-se de um produto preparado para cada setor de risco, seja de grau muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2) onde contém sumariamente todas as informações relevantes sobre aquele setor, tais como: localização do ponto, descrição do ponto, grau de risco, hierarquia, fotografia oblíqua com a delimitação da área de risco, fotografias in loco, recomendações de concepção de intervenção estrutural e não estrutural. Para os setores onde serão analisadas a influência das intervenções estruturais, estes deverão ser representados em ‘Espelho de Risco” específico. Ambos Espelhos de Risco, deverão ser executados em tamanho em A3, e necessitarão seguir padrão acordado entre a CONTRATADA e a SMCDCR e serão entregues em formato digital e físico.
* Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico para cada área de interesse: A empresa contratada deverá apresentar as Carta de Risco a movimentos de massa e hidrológico, conforme padrão acordado entre a CONTRATADA e a SMCDCR para cada área de interesse de risco mapeados do município. As Cartas de Risco a movimentos de massa e hidrológico obrigatoriamente deverão conter: a delimitação dos setores de risco identificados e mapeados naquela área; os setores serão identificados por cores: risco muito alto – vermelho, risco alto – laranja, risco médio – amarelo; escala gráfica; escala numérica; grade de coordenadas; legenda; norte geográfico; sistema geodésico; e fuso. A escala das Cartas de Riscos a movimentos de massa e hidrológico deverão ser determinadas quanto ao melhor (maior) enquadramento da área em questão no espaço disponível em um papel de tamanho A3 ou A4. Esta escala da carta não deverá ser menor que 1:1000. O formato digital da Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico para cada área de interesse pressupõe um Sistema de Informações Geográficas no formato compatível com GDB da ESRI contendo a cartografia básica (limites administrativos, planialtimétrica, vias, hidrografia, declividade, curvas de nível)
* sistemas de projeção UTM e o Datum WGS-84 compatível com Sistema de Gestão da Geoinformação do município (SiGeo). O layout da referida cartografia será definido em conjunto entre a CONTRATADA e a SMCDCR.

A CONTRATADA deverá preparar e entregar os produtos parciais, que compreendem: as Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e hidrológico, Relatório Parcial do PMRR-NITERÓI, carta preliminar do mapeamento das áreas de influência das intervenções estruturais, projetos básicos e executivos das intervenções propostas e o banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto.

* 1. **Terceira Fase** - A terceira fase da execução do PMRR-NITERÓI se relaciona às atividades finais. Nesta fase a CONTRATADA deverá preparar e entregar os produtos finais, que compreendem: as Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e hidrológico, Relatório Final do PMRR-NITERÓI, Relatório do mapeamento de área de influência das intervenções estruturais e o banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto.
     1. A escala desta Cartas de localização dos setores de Risco a movimentos de massa e hidrológico, deverá ser determinada quanto ao melhor (maior) enquadramento do limite municipal na área disponível em um papel de tamanho A0. Esta escala deverá ser múltipla de 1.000. Todos os dados devem estar georreferenciados no sistema geodésico sirgas

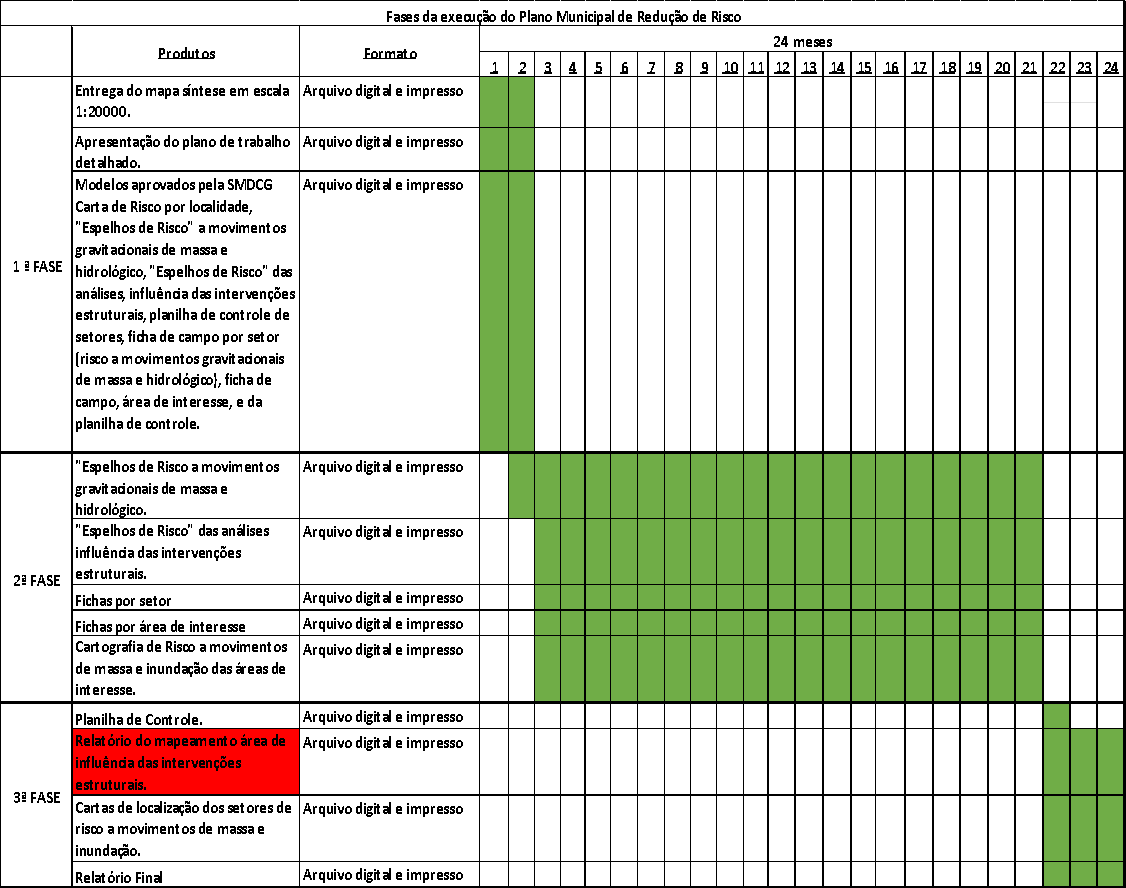
2.000 e utilizando-se o sistema de coordenadas UTM.

* 1. Relatório Final - contemplará a metodologia detalhada de identificação e análise dos riscos (mapeamento) das áreas de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, Relatório do mapeamento de risco remanescente das áreas de influência das intervenções estruturais, “Espelhos de risco”, Cartografia de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico por área de interesse.
     1. Relatório do mapeamento de área de influência das intervenções estruturais, corresponderá ao levantamento específico realizado nas áreas onde foram executadas as últimas obras concluídas e/ou em conclusão contratadas pela prefeitura de Niterói, este relatório deverá ter a seguinte estrutura:

1. Introdução: objetivo, equipe executora, período de realização;
2. Metodologia: de acordo com o presente Termo de Referência; III.Resultados:
   1. Carta Final de Risco Remanescente às Obras de Estabilização;
   2. Tabela dos Setores de Risco Remanescente às Obras de Estabilização - Hierarquizados;
   3. Espelhos de Risco Remanescente;
   4. Anexo 1: Contabilização e Correlação individualizadas dos imóveis identificados no SIDEC.
      1. Os produtos e projetos finais devem ser entregues sob a forma de Relatórios Técnicos, em duas cópias, digital e física, à SMCDCR.
   5. Considerações Finais
      1. Do prazo para entrega dos produtos.
      2. Os produtos deverão ser entregues sempre ao término de cada etapa do mapeamento, por área de interesse.
      3. A SMCDCR poderá realizar adequações no cronograma de execução do mapeamento (ANEXO 2) em conjunto a empresa, respeitando a razoabilidade para término de cada etapa, dentro das necessidades existentes.
      4. As entregas dos produtos só serão concluídas após a validação da equipe técnica da SMCDCR em conjunto aos Fiscais do Contrato.
      5. O prazo de vigência para o contrato e de execução dos serviços será de 24 (vinte quatro) meses, com início dos serviços a partir da emissão da ordem de serviço.
      6. Os eventuais pedidos de prorrogação do prazo, nas hipóteses da Lei Federal no 14.133/21, deverão ser apresentados no prazo de vigência do contrato.
   6. Dos profissionais e Equipamentos.
      1. Para a execução do serviço é necessário disponibilização meio de transporte para os profissionais descritos no item 5.7.2., na quantidade equivalente aos profissionais necessários para cumprir as atividades inerentes ao serviço contratado, visando deslocamento e acesso aos locais de interesse do presente Plano Municipal de Redução de Riscos, bem como todos os equipamentos e materiais necessários a execução do serviço.
      2. Para a execução do serviço, considerando as atividades técnicas a serem realizadas, se faz necessário no mínimo os seguintes profissionais:

|  |  |
| --- | --- |
| **Profissional** | **Qualificação mínima** |
| **Geólogo** | Geólogos com experiência prática na área de Geologia de Engenharia especialmente voltada para o tema de Riscos Geológicos, ao qual tenha executado trabalhos com a mesma temática ou  semelhante ao presente PMRR. |
| **Engenheiro Geotécnico** | Engenheiro com desejável experiência prática na área de contenção de encostas voltada para o tema de Riscos Geológicos, ao qual tenha executado trabalhos com a mesma temática ou  semelhante ao presente PMRR. |
| **Engenheiro civil** | Engenheiro com desejável experiência prática na área de contenção de encostas voltada para o tema de Riscos Geológicos. |
| **Engenheiro Hidrólogo** | Engenheiro com desejável experiência prática na área na gestão e estudo dos recursos hídricos,  incluindo sua coleta, medição, análise e projeções sobre o ciclo da água voltada para o tema de Riscos Geológicos e elaboração de PMRR. |
| **Arquiteto** | Arquitetos com experiência prática desejável em planejamento urbano e habitação de interesse social, com foco em requalificação de áreas de risco e elaboração de projetos urbanísticos. |
| **Assistente Social** | Assistente Social preferencialmente com experiência prática em coleta de dados de vulnerabilidade. |
| **Técnico de Campo** | Técnicos em geoprocessamento / Geógrafos com desejável experiência prática na área de Geografia física e geomorfologia especialmente voltada para o tema de Riscos Geológicos. |
| **Motorista** | Motorista com CNH categoria B. |
| **Auxiliar Administrativo** | Secretária |

* + 1. Destaca-se que o rol estabelecido no item 5.7.2., não é taxativo ou quantitativo, quanto ao número de profissionais ou profissões necessárias à execução do serviço, funcionando apenas como parâmetro mínimo para o tipo de serviço a ser prestado.
    2. Cronograma



**Local da prestação dos serviços**

* + 1. Considerando as características ímpares do serviço, a prestação do mesmo deve ocorrer na sede da Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, na Rua Coronel Gomes Machado n° 258, Centro, Niterói – RJ.

**Rotinas a serem cumpridas**

* 1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:
     1. Mensalmente a empresa contratada deverá produzir um relatório técnico descrevendo as atividades desenvolvidas, serviços realizados e encaminhará para apreciação da fiscalização do contrato para aprovação antes da emissão da nota fiscal para pagamento, a qual irá avaliar a entrega dos produtos exigidos dentro do respectivo período, conforme itens 5.3. e 5.4. e conjunto com o cronograma de execução a ser elaborado. Ademais, o relatório deverá conter os seguintes itens listados abaixo:
        + Introdução (Apresentação do Relatório, informações sobre o Contrato, etc.);
        + Resumo das atividades de Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos;
        + Consolidação e análise das atividades executadas no período;
        + Levantamento de reuniões e outras atividades extras realizadas (quando houver);
        + Cópia da escala de trabalho dos operadores, expostos no item 5.6.1., proposta e realizada no último mês, além da proposta para os próximos 2 (dois) meses.
        + Deverá informar diariamente sobre as atividades realizadas em formato de relatório com foto por e-mail que será disponibilizado pela fiscalização em contrato.
        + Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
        + A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**Materiais a serem disponibilizados**

* 1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para plena execução do objeto licitado, inclusive EPI´s e materiais técnicos, nas quantidades estimadas e qualidades adequadas, promovendo sua substituição quando necessário.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

* 1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
     1. Foram realizadas mais de 130 obras de contenção de encostas na cidade, aprimorando Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil em bairros como

Fonseca, Caramujo, Viradouro, Ingá, Santa Bárbara, Beltrão, Morro do Estado, Santa Rosa, Cantagalo, Jurujuba, Charitas, Cubango, Ponta D’Areia, entre outros, reduzindo a vulnerabilidade desses locais e consequentemente os tornando mais seguros;

* + 1. O objetivo final dessas intervenções consiste na redução de risco nessas áreas, possibilitando que as pessoas que ali residem possam permanecer em suas residências, sem o risco iminente de deslizamentos com consequentes desabamentos de seus imóveis.
    2. Estima-se que cerca de 6000 imóveis sejam contemplados direta ou indiretamente com essas intervenções, garantindo não apenas a segurança dessas pessoas, mas também economia do erário com recursos assistenciais como moradias populares e benefícios outros.
    3. Se faz necessária a contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR do município de Niterói, abrangendo o mesmo a execução do serviço de atualização do mapeamento de risco das áreas suscetíveis a movimentos gravitacionais de massa, alagamento e inundações, e da execução do mapeamento para verificação da mitigação de risco em 108 áreas contempladas por obras de estabilização de encostas, a fim de hierarquizar o risco remanescente e indicar soluções posteriores, subsidiando os gestores públicos nas medidas necessárias para manutenção da segurança da população residente nesses locais e na devida aplicação dos recursos públicos atualmente empregados.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

* 1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

* 1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

1. Entrega do Plano Municipal de Redução de Riscos com todos os produtos expostos no Termo de Referência e ETP;
2. realizar a transição técnica e contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante;
3. Realização de transferência de conhecimento em eventuais contratações decorrentes do resultado da Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos;
4. Realização de evento com objetivo de apresentar o Plano Municipal de Redução de Riscos para toda a sociedade, fornecendo toda estrutura para recepcionar as autoridades municipais, a população niteroiense e demais interessados.

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

* 1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
  2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
  3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
  4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
  5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

* 1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
  2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de duração do contrato, inclusive em eventuais termos aditivo ou renovações.
  3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

* 1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
  2. As atribuições do fiscal do contrato são aquelas descritas nos artigos 20 a 26 do Decreto Municipal 14.730/2023.

**Gestor do Contrato**

* 1. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, as quais estão previstas no artigo 18 do Decreto Municipal 14.730/23.

## CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

* 1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo XIV;
     1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
        1. não produzir os resultados acordados,
        2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
        3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
  2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**Do recebimento**

* 1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 43, III do Decreto Municipal 14.730/23).
  2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
  3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, II do Decreto Municipal 14.730/23).
  4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 17, II do Decreto Municipal 14.730/23).
  5. De acordo com o art. 17, IV, do Decreto Municipal 14.730/23, caberá ao fiscal setorial o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou entidade.
  6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
     1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
     2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
     3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
     4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
     5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
  7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
  8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
     1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (artigo 18, V, VI e VII, do Decreto Municipal nº 14.730/2023).
     2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
     3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
     4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
     5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
  9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
  10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
  11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

* 1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 13.281/2019.
  2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
  3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
     1. o prazo de validade;
     2. a data da emissão;

7.16.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

* + 1. o período respectivo de execução do contrato;
    2. o valor a pagar; e
    3. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
  1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
  2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
  3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
  4. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
  5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
  7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

* 1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
  2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**Forma de pagamento**

* 1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
  2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
     1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
  4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

* 1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Concorrência, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, no modo de disputa aberto, com validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias.

**Regime de execução**

* 1. O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.

**Exigências de habilitação**

* 1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

* 1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
  2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https:/[/www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-](http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-) br/empreendedor;
  4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
  6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
  8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
  9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

* 1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
  3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
  5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
  7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
  8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

* 1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
  2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
  3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
     1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
     2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

* 1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% (dez porcento) do valor total estimado da contratação.
  2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
  3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

* 1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições relacionadas aos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
  2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
  3. Registro ou inscrição da empresa junto ao CREA em plena validade;
     1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
  4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
     1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
        1. 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de

atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante presta ou prestou serviços de natureza similar;

* + - 1. O atestado deverá comprovar que a Licitante prestou serviço Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos em quantidade não inferior a 30% (trinta por cento) do quantitativo do objeto previsto, até a data da abertura da sessão pública da licitação;
      2. A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.
      3. O contratado deverá comprovar experiência prévia na elaboração e implementação de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), ou demais planos municipais e serviços de característica semelhantes, com a inclusão de estratégias de participação social, envolvendo a comunidade local, representantes da sociedade civil e demais partes interessadas no processo de planejamento e execução.
         1. O processo de elaboração do PMRR deverá contemplar mecanismos claros e eficazes de participação social, incluindo consultas públicas, audiências, grupos de trabalho e outros instrumentos que garantam a ampla participação dos cidadãos e das organizações comunitárias no diagnóstico, elaboração e implementação das ações do plano.
         2. Para fins de habilitação, o contratado deverá apresentar documentos e relatórios que comprovem a realização de atividades de participação social nos projetos anteriores, detalhando os métodos de envolvimento da comunidade e os resultados obtidos com tais processos, assim como os impactos positivos gerados por sua implementação.
    1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
    2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
    3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
    4. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei nº 12.608/2012.
  1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
     1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
     2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual –

DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

* + 1. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
    2. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
    3. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
    4. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
    5. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**Qualificação Técnico-Profissional**

* 1. Apresentar profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:
     1. Para os Engenheiros: serviços voltados para a área de contenção de encostas voltada para o tema de Riscos Geológicos, aplicando-se as características pormenorizadas para cada cargo conforme exibidas por meio de quadro exposto no item 5.6.1.
     2. Para os geólogos: serviços voltados para área de Geologia de Engenharia especialmente voltada para o tema de Riscos Geológicos, aplicando-se as características pormenorizadas para cada cargo conforme exibidas por meio de quadro exposto no item 5.6.1.
  2. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).
  3. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.
  4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
  5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

* 1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 6.819.209,11 (seis milhões oitocentos e dezenove mil duzentos e nove reais e onze centavos),** conforme custos unitários na tabela exposta no item 1.1.

## OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

* 1. Exercer a fiscalização da entrega do objeto através dos fiscais do contrato nas exatas condições necessárias ao cumprimento das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência.
  2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, após a plena verificação de todas as fases de entrega e de fiscalização e da devida emissão dos termos de recebimentos provisórios ou definitivo.
  3. Proporcionar meios para que a CONTRATADA possa proceder à entrega dos serviços dentro do estabelecido nesta contratação.
  4. Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, nas formas definidas.
  5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
  6. Recusar o recebimento dos produtos oriundos da prestação do serviço que não atenda às especificações exigidas, que venha apresentar produto visivelmente em discordância com o presente Termo de Referência e demais documentos que compõem a caracterização do objeto, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade.
  7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, bem como exercer as penalidades cabíveis.

## OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

* 1. **O licitante vencedor deverá realizar a assinatura do contrato em até 05 (cinco) dias úteis,** a contar da homologação da licitação;
  2. Executar o objeto contratual nos termos propostos, na data, horário e no local indicados pela Contratante, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas;
  3. Entregar os produtos objeto da contratação em perfeitas condições, na forma estabelecidas no presente Termo de Referência e demais documentos que compõe a presente licitação;
  4. Permitir, sem que incorra em ônus para a Contratante, a identificação visual dos veículos destacados para possibilitar a prestação do serviço contratado;
  5. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações que serão acessados, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitadas, inclusive, as normas previstas na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
  6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;
  7. Observar os prazos para a execução do serviço contratado na forma apontada neste Termo de Referência;
  8. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
  9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado número de telefone móvel e endereço de correio eletrônico que permita contato imediato dos fiscais do contrato e representante da Contratada, inclusive em dias não úteis (sábados, domingos e feriados);
  10. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos veículos à Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput;
  11. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta secretaria ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SMCDCR – Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;
  12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato sem a prévia autorização da Contratante;
  13. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidade a terceiros;
  14. A Contratada será responsável pelo licenciamento e demais encargos originados em decorrência dos veículos;
  15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º.

## DOS DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

* 1. Todo e qualquer produto, documento, estudo, mapa, banco de dados, modelo ou material técnico elaborado durante a execução do contrato será de propriedade exclusiva da Administração Pública, que deterá os direitos autorais patrimoniais, podendo utilizá- los livremente, inclusive para reprodução, edição ou divulgação, vedada à contratada qualquer reivindicação futura de titularidade ou uso sem autorização.
  2. A contratada deverá cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), responsabilizando-se pela coleta, tratamento e armazenamento adequado de dados pessoais eventualmente acessados ou utilizados na elaboração do PMRR, adotando medidas técnicas e administrativas que garantam a segurança, a privacidade e a finalidade estrita dos dados tratados.
  3. Todas as informações obtidas ou geradas durante a execução do contrato, inclusive aquelas relativas à localização de áreas de risco, vulnerabilidades sociais e perfis populacionais, deverão ser tratadas com caráter confidencial, sendo vedada sua divulgação a terceiros, salvo por autorização expressa da Administração Pública.
  4. A contratada responderá por eventuais danos decorrentes do vazamento, acesso indevido ou uso inadequado de dados pessoais, sensíveis ou estratégicos, inclusive no caso de ação de seus prepostos, terceiros ou subcontratados não autorizados.

## ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
     1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Fonte de Recursos: 1.704.02;
2. Programa de Trabalho: 730106.182.01132.5016;
3. Elemento de Despesa: 33.90.39;

Niterói, 25 de junho de 2025.

Elaborado por

José Matheus Pires da Silva

Matrícula: 1.247.580-0

Josiane de Oliveira

Matrícula: 1.243.486-0

Autorizado por

Walace Medeiros Barbosa

Sec. Adjunto Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência Mat. 1.247.556-

## ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CONTRATO

**Lei nº 14.133, 1º abril de 2021**

## SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA – LICITAÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA**

Processo Administrativo n° 9900077083/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ......../. , QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICI- PAL DO CLIMA, DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA E .............................................................

O Município de Niterói por intermédio da Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, com sede na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258, na cidade de Niterói/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 28.521.748/0018-05, neste ato representado pelo Walace Medeiros Barbosa, Secretário Adjunto, portador da Matrícula Funcional nº 1.247.556-0, com atribuições estabelecidas por meio da Portaria nº 892/2025, publicado no dia 10/01/2025, doravante de- nominado CONTRATANTE, e o(a) *.............................., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº*

*............................,* sediado(a) na ..................................., em ............................ doravante designado

CONTRATADO, neste ato representado(a) por *(nome e função no contratado),*

*conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Concorrência Eletrônico n /. ,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

* 1. Objeto da contratação:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **CATSER** | **UNIDADE DE** | **QUANTI** | **VALOR UNITÁ** | **VALOR** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **MEDIDA** | **DADE** | **RIO** | **TOTAL** |
| **1** | Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. O Plano Municipal de Redução de Riscos do Município deverá compreender os Seguintes Produtos; Mapeamento das áreas de risco de escorregamentos e movimentos gravitacionais de massa do município, setorizando e classificando os setores de risco previstas em BRASIL, 2007; Mapeamento das áreas de risco de inundações no município, setorizando e classificando os Setores de risco delimitados de acordo com as classes de risco previstas em BRASIL, 2007; Proposição de intervenções estruturais de redução de riscos, apresentando a proposição de obras de mitigação de riscos aos processos geodinâmicos mapeados em cada área de Risco.  - Estimativa de custos e priorização das intervenções estruturais para as obras de mitigação para os processos de escorregamentos; Proposição de intervenções não estruturais de redução de riscos, compreendendo as ações que não empregam construções físicas e que aplicam o conhecimento, as práticas e os acordos existentes para reduzir o risco e seus impactos, especialmente através de políticas e leis, de maior conscientização pública, de | Grupo 831  Serviço 108 | Mês | 24 Meses |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | capacitação e de educação (UNISRD, 2009); análise da área de influência das intervenções estruturais, indicadas pela Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras. |  |  |  |  |  |

* 1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
     1. O Termo de Referência;
     2. O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
     3. A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
     4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;
     5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

* 1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses, contados da divulgação no Portal Naci- onal de Contratações Públicas (PNCP).
  2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo adi- tivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATU- AIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

* 1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

* 1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

* 1. O valor mensal da contratação é de R$ .......... (.....), perfazendo o valor total de R$ ....... (. ).
  2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previ- denciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessá- rios ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

* 1. O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o valor total de R$ 6.819.209,11 (seis milhões, oitocentos e dezenove mil, duzentos e nove reais e onze centavos), conforme especificado no Termo de Referência e no Anexo XIV, diretamente na conta corrente nº da

agência , de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo

Município de Niterói, observando-se o disposto no item 5 deste Contrato.

* 1. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo CONTRA- TANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela insti- tuição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.
  2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e do art.18, XVII do Decreto Municipal nº 14.730/23.
     1. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensi- onado.
  3. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento a SMCDCR, situada na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258, no município de Niterói, ou para

o endereço eletrônico [financeiro.smdcg@gmail.com,](mailto:financeiro.smdcg@gmail.com) acompanhado de todos os demais docu- mento obrigatórios estabelecidos por meio do presente documento.

* 1. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura e os documentos mencionados no item 6.4, o órgão com- petente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

1. a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
2. se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
3. eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impe- ditivas Indiretas.
   * 1. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providen- ciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pre- tende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
     2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CON- TRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regulari- dade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessá- rios para garantir o recebimento de seus créditos.
     3. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas neces- sárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, as- segurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
     4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normal- mente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regu- larize sua situação.
   1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação,

ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, no art. 24, §2º, do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

* + 1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que im- peça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se- á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
  1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.
  2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
     1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
     2. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Com- plementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favo- recido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.
  3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

* 1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *26/02/2025.*
  2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
     1. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orça- mento estimado.
  3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
  4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença cor- respondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
  5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
     1. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.
  6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
  7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de even- tual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

1. da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
2. a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.
   1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
   2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
   3. O reajuste será realizado por apostilamento.
   4. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

* 1. São obrigações do Contratante:
     1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
     2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou projeto básico;
     3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
     4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
     5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
     6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
     7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.
     8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
        1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
     9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.
     10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
     11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
     12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contra- tado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

* 1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execu- ção do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
     1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na exe- cução do contrato.
     2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
     3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade supe- rior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
     4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramen- tas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às reco- mendações de boa técnica e a legislação de regência;
     5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defei- tos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
     6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a des- contar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
     7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
     8. Manter a regularidade junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.
        1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fis- calização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
   * 1. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por to- das as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legis- lação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
     2. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocor- rência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
     3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus pre- postos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos do- cumentos relativos à execução do empreendimento.
     4. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo exe- cutada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
     5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
     6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cum- prindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
     7. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou ins- trumento congênere.
     8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
     9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações as- sumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
     10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
     11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
     12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
     13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantita- tivos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja sa- tisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos even- tos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
     14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
     15. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
     16. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
         1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

* 1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administra- tivo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedi- mento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
  2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
  3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permi- tidas em Lei.
  4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
  5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obriga- ções legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
  6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
  7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deve- res da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
  8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, de- vendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
  9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificada- mente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
  10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual con- trolado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de even- tuais omissões, desvios ou abusos.
      1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperá- vel, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses pre- vistas na LGPD.
  11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
  12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunica- dos à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

* 1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do **contrato**.
  2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, perma- necendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
  3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
  4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.
  5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
  6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
     1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adim- plemento das demais obrigações nele previstas;
     2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
     3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
  7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indica- dos no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.
  8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia auto- rizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme defi- nido pelo Ministério da Economia.
  9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
  10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contra- tação.
  11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
  12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
      1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo con- tratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
      2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vi- gência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
  13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de decla- ração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada mo- netariamente.
  15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo con- tratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
  16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma pre- vista neste Contrato.
  17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especifi- camente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATI- VAS (art. 92, XIV)**

* 1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CON- TRATADO, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:
     1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
     2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
     3. dar causa à inexecução total do contrato;
     4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qual- quer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
     5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
        1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
        2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
        3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
        4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento con- vocatório;
     6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contrata- ção, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
        1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administra- ção;
     7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
     8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
     9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
     10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
         1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
         2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
         3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
         4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;
     11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
     12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
  2. Serão aplicadas ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
     1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposi- ção de penalidade mais grave.
     2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

1. multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;
2. multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;
3. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato; 11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser come- tida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.
   * + 1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.
       2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.
       3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICI- TANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.
       4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais san- ções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
     1. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
     2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que im- pedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
   1. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
      1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).
      2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descum- primento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
      3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.
   2. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Con- trato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 30% do valor do Contrato.
      1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.
   3. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:
      1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
      2. as peculiaridades do caso concreto;
      3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 75 e 76 da Lei Municipal nº 3.048/2013;
      4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
      5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme nor- mas e orientações dos órgãos de controle.
   4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:
4. as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
5. a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:
   1. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Se- cretário Municipal;
   2. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fun- dação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.
   3. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei Municipal nº 3.048/2013.
      1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICI- TANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositi- vos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.
      2. A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de: a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

* + 1. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autori- dade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
  1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

1. a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
2. a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.
   * 1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.
   1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabele- cidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
   2. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à adminis- tração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com des- pacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

* + 1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não considera- das como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
    2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Admi- nistração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
       1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.
  1. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRA- TADO, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetua- das por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao Município.
     1. O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atuali- zado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Município e con- firmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.
  2. O CONTRATANTE deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publi- cação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Naci- onal de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
  3. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente de- vido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.
     1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.
     2. O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

* 1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
  2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
  3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do con- tratado:

1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
   1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137) bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
      1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art138) da mesma Lei.
      2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
         1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser for- malizado termo aditivo para alteração subjetiva.
   2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
      * 1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
        2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.
   3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio eco- nômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizató- rio ([art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art131)
   4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natu- reza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
   5. Em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis, caso seja comprovada a prática de ato lesivo à administração pública por parte da CONTRATADA, seus representantes legais ou prepostos, ainda que tal conduta tenha ocorrido antes da assinatura deste instrumento contratual.
      1. A rescisão contratual com base nesta cláusula não exclui a aplicação de demais penalidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
     1. Fonte de Recursos: 1.704.02
     2. Programa de Trabalho: 730106.182.0132.5016
     3. Elemento de Despesa: 33.90.39
     4. Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

* 1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis, em especial o Decreto 14.730/23 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124) [nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)
  2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
  3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justifi- cada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
  4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136) [2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136)

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

* 1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contra- tações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art94) bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021.
     1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contra- tações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da exe- cução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1)

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das teste- munhas abaixo firmadas.

Niterói, 25 de junho de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

*1-*

*2-*

**ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS**

**DATA DE ELABORAÇÃO: 06/06/2025.**

**MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021.**

**Prestação de Serviços**

**Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência**

**Processo administrativo nº 9900077083/2024**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**1. INTRODUÇÃO**

* 1. O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para execução do serviço de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, sob a coordenação da Secretário Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência.
  2. O ETP ora apresentado constitui a primeira etapa do Planejamento da Contratação, regido e tendo por base a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação pertinente buscando estabelecer as melhores e mais vantajosas condições de aquisições para atendimento das demandas necessárias ao adequado funcionamento.

**2. DESCRIÇÃO DA MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

* 1. O Município de Niterói, através da Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, pretende elaborar o Plano Municipal de Redução de Riscos, tendo em vista que conforme determina o Art. 2º da Lei 12608/2012 “É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.” O tema também é amplamente abordado na Lei Municipal n° 3.561/2020 que “Institui a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil - PMPDEC; dispõe sobre o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC; cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC; cria o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC e dá outras providências”, atendendo ainda os artigos 249 e 250 da Lei 3385/2019.
  2. Cabe destacar que, a cidade de Niterói possui características geológicas e geomorfológicas evidenciadas pela presença de bacias encaixadas entre escarpas e montanhas compostas por rochas fraturadas e solos pouco espessos. Somada às características naturais, a dinâmica de sedimentação destas bacias foi acelerada em consequência de sucessivos desmatamentos da vegetação da Mata Atlântica, para uso do solo em atividades de agricultura e pecuária ao longo dos séculos.
  3. Como decorrência dessa ação antrópica, acentuaram-se os processos erosivos e de movimentos de massa nas encostas. Em paralelo, a dinâmica do uso do solo, por muitos anos, ocorreu sem uma política de gestão territorial definida, crescendo expressivamente, e ocupando de forma desordenada, as cidades, os bairros e as

encostas. As pessoas instalaram-se em locais não adequados do ponto de vista geológico, tanto devido à facilidade encontrada quanto à falta de informações relacionadas às fragilidades dessas regiões.

* 1. Como decorrência, a cidade é constantemente afetada, principalmente na época das chuvas de verão, por deslizamentos, queda de blocos e demais acidentes associados ao risco geológico. Invariavelmente esses eventos ocasionam a destruição, parcial ou total, de edificações, podendo gerar perda de vidas humanas e outros impactos negativos locais, em virtude da intensidade dos acidentes de magnitude elevada.
  2. Convém esclarecer que atualmente o Plano Municipal de Redução de Risco Municipal, conforme também definido pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano, consiste em um documento com foco em assessoramento e consultorias técnicas voltadas a elaboração de politicas públicas em conformidade com o diagnóstico do risco e a consultoria técnica de medidas visando sua mitigação. Essa ferramenta possibilita dimensionar o problema e assessorar o executivo municípal nas ações para redução de risco, geológicos e hidrológicos, no caso específico, considerando a estimativa de custos, os critérios de priorização e a compatibilização com outros programas.
  3. A identificação e mapeamento de áreas de risco de desastres foi formalizada como atribuição municipal em 2012, quando do Art. 8º da Lei nº 12.608/2012, no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Para tanto, é necessário o conhecimento amplo e apurado sobre o território, visando a maior eficiência no assesoramento ao planejamento e gestão de políticas públicas voltadas à proteção e defesa civil; minimizando os riscos a desastres e consequentes perdas humanas, sociais e materiais.
  4. A Secretário Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência em conjunto aos demais órgãos que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, em especial a ION – Empresa de Infraestrutura e Obras de Niterói, realizam diversas ações vocacionadas a redução de risco de desastres, que compiladas formam o Plano Niterói Mais Resiliente. A partir da contratação do mapeamento de risco pela ION no ano de 2018, diversas frentes de intervenções se iniciaram, garantindo uma maior resiliência frente aos eventos de chuva.
  5. Nos últimos anos, entre intervenções já concluídas e em andamento, foram realizadas mais de 130 obras de contenção de encostas na cidade, totalizando mais de R$ 600 milhões investidos no Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil. Bairros como Fonseca, Caramujo, Viradouro, Ingá, Santa Bárbara, Beltrão, Morro do Estado, Santa Rosa, Cantagalo, Jurujuba, Charitas, Cubango, Ponta D’Areia, entre outros, já foram contemplados, reduzindo a vulnerabilidade desses locais e consequentemente os tornando mais seguros.
  6. O objetivo final dessas intervenções consistem no asessoramento e fonte para consultas técnicas relacionadas a elaboração de políticas públicas voltadas a redução

de risco nessas áreas, possibilitando que as pessoas que ali residem possam permanecer em suas residências, sem o risco iminente de deslizamentos com consequentes desabamentos de seus imóveis.

* 1. Estima-se que cerca de 6000 (seis mil) imóveis sejam contemplados direta ou indiretamente com essas intervenções, garantindo não apenas a segurança dessas pessoas, mas também economia do erário com recursos assistenciais como moradias populares e benefícios outros.
  2. O risco tem características dinâmicas, estando sempre em constante mudança, seja pelos processos naturais, seja pelas intervenções antrópicas. Assim sendo se faz necessária a atualização do mapeamento de risco das áreas suscetíveis a movimentos gravitacionais de massa, alagamento e inundações no município de Niterói, bem como o mapeamento de risco remanescente dos locais contemplados por obras de contenção e drenagem para verificação da mitigação efetiva e nova hierarquização. Tais produtos permitirão assessoramento aos gestores públicos, para que concentrem os esforços necessários, seja na realização do reassentamento dessas famílias, seja na priorização e bom uso dos recursos públicos, seja nas soluções complementares às obras realizadas, como intervenções urbanas, hidrossanitárias, demolições etc.
  3. Assim sendo, se faz necessária a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR do município de Niterói, abrangendo o mesmo a execução do serviço de atualização do mapeamento de risco das áreas suscetíveis a movimentos gravitacionais de massa, alagamento e inundações, e da execução do mapeamento para verificação da mitigação de risco em 108 áreas contempladas por obras de estabilização de encostas, a fim de hierarquizar o risco remanescente e indicar soluções posteriores, subsidiando os gestores públicos nas medidas necessárias para manutenção da segurança da população residente nesses locais e na devida aplicação dos recursos públicos atualmente empregados.

**3. SETOR REQUISITANTE**

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi requisitado pelo Secretário Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, mais especificamente o setor administrativo, conforme identificado pelo Documento de Formalização de Demanda.

**4. DEFINIÇÃO DE REQUISITOS**

* 1. Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:
     1. Inicialmente, cabe destacar que os serviços que serão prestados deverão ser elaborados de acordo com órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, padrões de sustentabilidade e parâmetros pré-definidos e exigidos neste instrumento.
     2. Trata-se de um serviço técnico especializado de natureza predominantemente

intelectual, que seguirá conforme metodologia preconizada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2007), a ser escolhido a melhor solução para a necessidade apresentada mediante as considerações e conclusão do presente Estudo Técnico Preliminar.

* + 1. Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:
    2. **- Requisitos de Negócio da Solução**
       1. – A solução a ser adotada deverá ser capaz de:
          1. Executar os serviços atuando por toda a extensão do município de Niterói;
          2. Realizar a definição dos serviços a serem executados, entregas e seus formatos, de acordo com as determinações e metodologias especificadas no futuro Termo de Referência, a serem atendidas;
          3. Definição da metodologia executiva a ser adotada e, neste caso, a metodologia preconizada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2007), “Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios”, em conformidade com as Leis nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e a nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023;
          4. Identificação de área sujeitas a deslizamentos, queda de blocos e demais acidentes associados ao risco geológico, visando possibilitar asessorar e ser fonte de consulta técnica para eventuais politicas públicas a serem elaboradas;
          5. Identificação do cenário atual referente às áreas onde foram realizados serviços de contenção ou outras medidas que visam a mitigação de riscos mencionados no item d, bem como comparativo entre o atual estágio de saneamento dos riscos existentes em comparação ao período anterior às intervenções realizadas pela administração municipal;
          6. Execução de serviço voltado a elaboração de Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), conforme informações previstas nos futuro Termo de Referência e Edital de Licitação;

**4.2 - Requisitos Legais da Solução**

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

Lei Federal n° 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

Decreto Municipal nº 14.730/2023, especialmente quanto ao que dispõem os artigos 30 a 33;

Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

**4.3 - Requisitos Gerais da Solução**

Também são requisitos relevantes a serem exigidos no mínimo, os abaixo relacionados:

1. aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
2. compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
3. comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio, a ser comprovado por meio de declaração formal, certificações ou laudos técnicos emitidos por órgãos reconhecidos, e comprovação de treinamento da equipe;
4. aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
5. compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
6. combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
7. adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;
8. garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

* 1. Avaliação comparativa
     1. O estudo demonstrou que existe diversidade de empresas que podem prestar os serviços, mesmo não se tratando de um serviço comum.
     2. Foram analisadas contratações similares formalizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br/)), bem como outros formas de pesquisa, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.
     3. O serviço a ser prestado é especial, nos termos do art. 6°, inc. XVIII e art. 29 da lei nº 14.133/2021. Nas pesquisas realizadas não foram encontradas vasta variedades de contratos celebrados ou processo de licitação com o objeto em questão, sendo aqueles que foram encontrados expostos no presente processo licitatório, visando instruir e fundamentar o presente ETP.
     4. **Análises de contratações anteriores pelos Órgãos e Entidades no âmbito do Município de Niterói.**
        1. Para o presente objeto, certifica-se que não houve contratação anterior.
     5. **Projetos para demandas similares implementados por outros Órgãos Públicos**
        1. Foram identificadas as seguintes contratações formalizadas por outros Órgãos Públicos, com demandas similares às do objeto a ser contratado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Órgão Público** | **Ato Administrativo** | **Data de Realização** |
| Município de Ponte Nova/MG | PA nº 047/2022 | 19/07/2022 à 19/07/2023 |
| Município de Hortolândia/SP | PA 59328/2023 | 30/08/2024 |
| Município de Joaçaba | Dispensa de Licitação nº  85/2024/PMJ | 08/08/2024 |
| Município de Jundiaí | Contrato nº 096/2024  Processo SEI PMJ.0001224/2024 | 19/07/2024 |

* + 1. Análises das soluções disponíveis no mercado
       1. Para avaliação da melhor forma de atendimento à demanda apresentada

foram consideradas quatro modelos para a contratação da solução para a demanda identificada:

* + - 1. Demanda: Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos Soluções possíveis:
         1. Elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco de Niterói pela equipe técnica existente.
         2. Contratação de serviço técnico especializado para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco do município de Niterói.
         3. Utilização do Plano Niterói Mais Resiliente atual.
         4. Utilização do projeto de elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco participativo em Niterói realizado por meio da Secretaria Nacional de Periferias e a Universidade Federal Fluminense, vem realizando um.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modelo** | **Alternativa** | **Forma de Ação** | **Problemas** |
| A | Elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco de Niterói pela equipe técnica existente. | Utilização da equipe contratada através de processo seletivo simplificado para elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. | A equipe presente na estrutura da SMCDCR contratada através de processo seletivo simplificado comporta apenas a execução das atividades rotineiras e emergenciais inerentes à secretaria. A inclusão da responsabilidade referente a elaboração do PMRR para equipe atual da SMCDCR ocasionaria no acúmulo de funções, resultando na impossibilidade de executar ambas as  atividades concomitantemente |
| B | Contratação de prestador de serviço especializado para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco do município de Niterói. | Elaboração de processo licitatório, visando a contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, fornecendo os equipamentos e mão de obra  necessária. | Dentro do quadro de opções para solucionar a necessidade referente à demanda de elaboração do PMRR, a presente opção se apresenta com a mais viável. |
| C | Utilização do Plano Niterói Mais Resiliente. | Implementar o resultado do Plano Niterói mais Resiliente em substituição ao PMRR. | O PMRR consiste em um documento com foco no planejamento voltado ao diagnóstico do risco e a proposição de  medidas visando sua mitigação, |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modelo** | **Alternativa** | **Forma de Ação** | **Problemas** |
|  |  |  | dentro de um período de referência. Por mais que o Plano Niterói Mais Resiliente tenha sido um norteador das ações de gestão de risco de desastres, se faz necessária a atualização das condições de risco no território municipal, haja visto a validade do mesmo e o dinamismo das variáveis constituintes do cenário de risco de desastres, em constante mudança. |
| D | Projeto de elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco participativo em Niterói realizado por meio da Secretaria Nacional de Periferias e a Universidade Federal Fluminense. | Utilização do projeto de elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco participativo em Niterói realizado por meio da Secretaria Nacional de Periferias e a Universidade Federal Fluminense para uso do município. | Tal projeto possui como principal objetivo um estudo acerca da elaboração do PMRR para um município, sendo Niterói uma das 20 cidades escolhidas no país. De forma alguma tais serviços, mesmo possuindo o mesmo nome, se sobrepõem, uma vez que o PMRR participativo não compreenderá a totalidade do território municipal e possui como característica o estudo de um modelo a ser replicado na  posteridade |

5.1.7.1. Tomando por base a premissa acima exposta e para um melhor entendimento dos modelos de contratação propostos neste estudo, foi elaborada uma tabela comparativa com pontuação das características de cada modelo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Solução** | **usto Total Projetado (considerando o período de vigência do contrato a ser firmado)** | | |
| **Descrição Sucinta** | **Período de vigência do**  **contrato** | **Preço Global Projetado** |
| Solução 1 | Elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco de Niterói pela equipe técnica existente. | 24 meses | R$ 2.109.392,20 (dois  milhões cento e nove mil  trezentos e noventa e dois reais e vinte centavos) |
| Solução 2 | Contratação de prestador de serviço especializado para a elaboração do Plano | 24 meses | R$ 2.400.000,00 (dois  milhões quatrocentos mil reais) |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Municipal de Redução de Risco do município de Niterói. |  |  |
| Solução 3 | Utilização do Plano Niterói Mais Resiliente. | 24 meses | Cálculo Inviável |
| Solução 4 | Projeto de elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco participativo em Niterói realizado por meio da Secretaria Nacional de Periferias e a Universidade Federal Fluminense. | 24 meses | Cálculo Inviável |

* + 1. Escolha do objeto da contratação
       1. De acordo com informações apresentadas neste estudo, podemos afirmar que dentre os parâmetros analisados, a solução nº 2 – “*Contratação de prestador de serviço especializado para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco do município de Niterói”,* e o custo total projetado para a contratação está estimado no montante de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), convergem com as diretrizes de gerenciamento adotadas pela Administração do Município de Niterói, para atendimento dos serviços elencados no presente estudo.
       2. Ressalta-se por fim os seguintes fatores importantes que foram considerados na escolha:

1. Referente a **SOLUÇÃO 1**, convém informar que a equipe técnica existente, por mais que seja capacitada e multidisciplinar, não teria profissionais suficientes, tempo hábil e recursos necessários para a execução do PMRR.

Os engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos disponíveis na estrutura da SMCDCR são oriundos do processo seletivo simplificado, contratados para execução de atividades rotineiras da SMCDCR, especialmente voltadas para vistorias de rotina e emergenciais, sendo válido esclarecer que o valor apontado no quadro exposto no item 5.1.7.2.2., é referente aos vencimento dos mesmos pelo período de 2 (dois) anos, período necessário para execução do serviço, ao qual considerou os ganhos anuais dos servidores oriundos do processo seletivo, conforme documentos juntados ao processo.

Nota-se que conforme estabelecido no item 4.1. do presente Estudo Técnico Preliminar, o primeiro elemento estabelecido como requisito é a necessidade de executar o serviço por toda a extensão territorial do município de Niterói, elemento

este inviável para o corpo técnico existente atualmente na SMCDCR, tendo em vista diversas atividades que compõem a rotina de trabalho da SMCDCR.

A estrutura atual Secretário Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência (SMCDCR) conta com recursos humanos limitados, vocacionados aos atendimentos de rotina e emergenciais, sendo realizados mais de 2000 (dois mil) atendimentos por ano, logo a atribuição de demanda tão volumosa conforme objeto do presente ETP resultaria no impedimento de fruição funcional adequada da SMCDCR.

Haja vista a impossibilidade de interrupção das atividades comuns da secretaria, ocasionando inevitavelmente no atraso aos atendimentos de rotina e emergenciais, bem como o funcionamento interno administrativo da secretaria, refletindo de igual maneira no serviço debatido no presente ETP, haja vista que a divisão de atividades pela mesma equipe sobrecarregar a mesma de forma que nenhuma das atividades seria entregue de modo satisfatório, resultando em prejuízo financeiro, administrativo, e técnico, gera elemento que descredibiliza a solução em tela como aplicável ao caso concreto, sendo válido expor que tais dados comprobatórios de atividades da SMCDCR serão juntados ao processo administrativo visando instruir e dar veracidade às informações expostas no presente ETP.

Válido ainda mencionar que, haja vista o processo seletivo ter duração de 1 (um) ano, renováveis por mais dois, ao qual atualmente está a alguns meses de encerrar o 2º segundo) de vigência, e supondo que o mesmo será renovado pelo 3º (terceiro) e último ano, o período restante de contrato dos servidores oriundos do processo seletivo seria inferior para produção e entrega do serviço exposto em tela, sendo mais um fator que torna inviável a realização do serviço por meio da equipe técnica da SMCDCR.

Desta forma, levando em consideração as definições de requisitos expostos no ETP voltados a garantir que a solução escolhida seja a melhor para administração pública, atendendo a necessidade relatada no DFD, bem como as dificuldades relacionadas à disponibilidade de mão de obra técnica dentro da estrutura da SMCDCR para realização do serviço sem prejudicar as atividades rotineiras da presente secretaria, se torna inviável a atribuição da respectiva solução como a mais vantajosa e benéfica.

Por fim, cabe destacar que o montante estimado para a presente solução tem como base os valores atualmente pagos pela SMCDCR aos servidores oriundos do processo seletivo simplificado, sendo eles a mão de obra técnica presente na estrutura da secretaria, conforme documentos em anexo.

1. Referente a **SOLUÇÃO 3**, cabe esclarecer que o PMRR consiste em um documento com foco no planejamento voltado ao diagnóstico do risco e a proposição de medidas visando sua mitigação, dentro de um período de referência. Por mais que o Plano Niterói Mais Resiliente tenha sido um norteador das ações de gestão de risco de desastres, se faz necessária a atualização das condições de risco no território municipal, haja visto a validade do mesmo e o dinamismo das variáveis constituintes do cenário de risco de desastres, em constante mudança.

Cabe ainda destacar que o Plano Niterói Mais Resiliente, além de desatualizado e ter cumprido com o intuito ao qual foi criado e elaborado, o mesmo não foi realizado com a vertente em criar um Plano Municipal de Redução de Riscos, sendo válido ressaltar a necessidade de atualização dos dados obtidos através do mesmo, complementando com demais informações necessárias para formar o PMRR, bem como a inclusão dos estudos voltados inclusive para as áreas ao qual foram atribuídas soluções baseadas no Plano Niterói Mais Resiliente, tornam a presente solução inviável, não sendo a mais vantajosa ou benéfica.

1. Referente a **SOLUÇÃO 4,** atualmente a Secretaria Nacional de Periferias e a Universidade Federal Fluminense, vem realizando um projeto de elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco participativo em Niterói. Tal projeto possui como principal objetivo um estudo acerca da elaboração do PMRR para um município, sendo Niterói uma das 20 cidades escolhidas no país. De forma alguma tais serviços, mesmo possuindo o mesmo nome, se sobrepõem, uma vez que o PMRR participativo não compreenderá a totalidade do território municipal e possui como característica o estudo de um modelo a ser replicado na posteridade.

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

* 1. Os serviços pretendidos para Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, incluem atividades típicas, tais como: disponibilização de equipe técnica e administrativa, bem como a disponibilização de transporte e custeio do deslocamento dos profissionais, dentre outras, voltados para a elaboração do

PMRR.

* + 1. Quadro resumo de detalhamento do objeto:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição Resumida** | **Quantidade** | **Unidade** |
| 1 | Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos | 24 | mês |

* + 1. Após análise detalhada das possibilidades de cenários, verificamos ser a **SOLUÇÃO 2** a única viável devido às circunstâncias apresentadas ao longo de todo o ETP, levando em consideração as justificativas acima contidas, bem como a impossibilidade plena de atendimento das considerações do serviço através das demais soluções.
    2. Tal prática referente a contratação de empresa especialista na prestação de serviço técnico especializado na administração pública é comum, além do fato que no presente caso apresenta o melhor custo-benefício, sendo o cenário que melhor se adequa a demanda da SMCDCR e consequentemente da administração do município, pois além de atender aos princípios constitucionais da economicidade, da eficiência e da eficácia, observam-se as seguintes vantagens na solução escolhida:

1. **Custo-eficiência:** A contratação de serviço técnico especializado para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco do município de Niterói, nos termos e condições supramencionados melhor atende o interesse público, tendo em vista as características do serviço e sua importância no assessoramento e fonte de consultoria técnica para planejamento futuro das ações de gestão de risco de desastres no município.

O PMRR possui importância fundamental nas políticas de redução de risco de desastres, uma vez que a identificação e hierarquização dos riscos com posterior priorização das ações e intervenções necessárias para mitigação desses cenários de risco, consequentemente resultará na diminuição dos impactos gerados por eventos adversos através das politicas públicas fundamentadas no PMRR.

Cabe destacar ainda que conforme Kobiyama (2006), na escala mundial, cada R$1,00 investido em prevenção, seria equivalente, em média, entre R$25 e R$30 em obras de reconstrução após desastres.

Oportuno evidenciar que o valor estimado é baseado em licitação de objeto semelhante realizado pelo município de Ponte Nova-MG, ao qual contratou o serviço pelo período de 1 (um) ano, pelo montante de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais). Nota-se que o município em questão possui uma população por volta de 10 (dez) vezes menor que a de Niterói, bem como contratou o serviço por um período inferior ao necessário para a prestação de serviço em Niterói.

Válido ainda destacar que, com o objetivo de melhor instruir o presente ETP, também foi solicitado a algumas empresas especializadas, através de e-mail, conforme anexado ao processo administrativo, informações sobre a criação de eventual PMRR em Niterói, voltado para esclarecer expectativa de valores e duração. Contudo, apenas uma das empresas retornou, informando o seu portfólio e acrescentando a informação que entende inicialmente que o valor para execução do serviço seria de R$ 1.800,000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) com o prazo de conclusão estimado de 18 (dezoito) meses.

Nota-se que a mencionada empresa não possui informações mais detalhadas do PMRR a ser elaborado no município de Niterói, o que gerou a estimativa de prazo para conclusão a ser de 18 (dezoito) meses, entretanto levando em consideração as estimativas e serviços necessários, conforme melhor exposto no tópico relacionado ao levantamento de demanda, cabe expor que o prazo para conclusão seria de 2 (dois) anos.

Levando em consideração tais informações, é possível chegar ao entendimento de que os valores relacionados à contratação de empresa especializada na produção do PMRR está em torno de R$ 2.400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Desta forma, levando em consideração as características decorrentes do objeto licitado para o município de Niterói, estima-se que o custo anual seja o evidenciado no item 8.2. solução 2.

1. **Conformidade com Regulamentações:** A contratação de empresa especializada mantém cumprida as exigências legais, beneficiando os munícipes de Niterói que residem em áreas de risco. Além disso, a contratação atende às exigências legais presentes nas Leis 14.133/2021, 12.608/2012 e 14.750/2023.
2. **Manutenção do Investimento Inicial:** O serviço técnico especializado para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco do município de Niterói, nos termos apresentados em rol específico, constitui como característica assessorar e nortear as ações futuras de prevenção de risco de desastres através do diagnóstico atualizado do risco no município, fator que corrobora com a contratação de empresa especializada, maximizando o retorno do investimento inicial, no qual se manterá ao longo do contrato, tendo em vista tratar-se de serviço sem acréscimo de valores ou atividades distintas no decorrer do mesmo.

**7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

* 1. **Definição do método para a estimativa das quantidades:**
     1. As especificação das quantidades necessárias para prestação do serviço foram definidas com base nas características do serviço a ser prestado, haja vista ser um serviço técnico, ao qual é necessário profissionais capacitados, sendo inevitável identificar a quantidade de serviços e itens necessários a realização plena e qualificada do serviço, tendo ainda como base a metodologia nacional que direciona a execução deste tipo de objeto, a metodologia preconizada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2007).
     2. ​

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Bloco Temático** | **Atividade Técnica** | **Entrega** | **Unid ade** | **Quanti dade Estima**  **da** | **Critério de Dimensionamento** |
|  | Planejamento inicial e |  |  |  |  |
|  | levantamento de dados |  |  |  | Inclusão de dados do SIDEC, SIGEO, obras e |
|  | técnicos | relatório | Qnt. | 1 | ocorrências históricas |
|  | Elaboração do Mapa Síntese |  |  |  | Compilação de dados espaciais |
| Bloco 1 – | - Hidrológico | mapa | Qnt. | 28 | georreferenciados e intervenções anteriores |
| Planejamento e | Elaboração do Mapa Síntese |  |  |  | Compilação de dados espaciais |
| Preparação  Técnica | - Movimentos de Massa | mapa | Qnt. | 117 | georreferenciados e intervenções anteriores |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  | Cronograma técnico com abordagem por área |
|  | Plano de trabalho detalhado | relatório | Qnt. | 1 | de interesse |
|  | Pré-setorização por imagem |  |  |  |  |
|  | oblíqua ou satélite | mapa | Qnt. | 145 | 117 comunidades e 28 subbacias hidrográficas |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Oficinas comunitárias com NUDECs/Moradores - Alinhamento Prévio | evento | Qnt. | 117 | Uma oficina por comunidade. |
| Bloco 2 – Execução de Campo e Mapeamento | Levantamento de Campo -  Hidrológico | bacias | Qnt. | 28 | Base SIGEO |
| Levantamento de Campo - Movimentos de Massa | área | km² | 12,57 | Base SIGEO |
| Fichas de campo completas | documen to | Qnt. | 351 | Fichas por setor estimado (3 setores por comunidade). |
| Espelhos de Risco (R2, R3, R4) | documen to | Qnt. | 351 | Espelhos por setor estimado (3 setores por comunidade). |
| Cartografia temática de risco | carta | Qnt. | 145 | 117 comunidades e 28 sub bacias hidrográficas |
| Processamento geoespacial e integração cartográfica dos dados de campo | área | km² | 12,57 | Base SIGEO |
| Geodatabase relacional (GDB) | banco de dados | Qnt. | 1 | Base digital com todos os dados, conforme padrão SIGEO |
| Entrevistas domiciliares com famílias vulneráveis | domicílio | Qnt. | 15000 | Relatório por domicílio estimado (área total das comunidades x densidade populacional)/(3: estimativa de pessoas por domicílio |
| Bloco 3 – Diagnóstico e Proposições | Propostas de intervenções  por setor | proposta | Qnt. | 351 | Proposta por setor estimado (3 setores por  comunidade). |
| Oficinas comunitárias com NUDECs/Moradores - Alinhamento Entrega | evento | Qnt. | 117 | Uma oficina por comunidade. |
| Modelagem hidrológica para áreas críticas de inundação | simulaçã o/relatóri o | Qnt. | 28 | Simulações por sub-bacia urbana com histórico de alagamento |
| Análise das condições de drenagem urbana | relatório | Qnt. | 5 | Diagnóstico de sistemas de drenagem por bacia. |
| Levantamento de vulnerabilidade social em áreas de risco | setor | Qnt. | 351 | Setores classificados como R2, R3 ou R4 |
| Bloco 4 –  Consolidação e Entregáveis | Relatório do mapeamento  de áreas de influência de obras | relatório | Qnt. | 251 | Base SIGEO |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Relatório socioassistencial com indicadores | relatório | Qnt. | 117 | Relatório por comunidade |
| Relatórios Parciais do PMRR | relatório | Qnt. | 117 | Relatório por comunidade |
| Relatório final do PMRR | documen to | Qnt. | 1 | Documento técnico consolidado com todas as análises, mapas e propostas |

* + 1. Necessário ainda evidenciar os resultados esperados, sendo eles:

1. Segurança: A realização do serviço de elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR do município de Niterói, evidenciada ao longo do ETP, garante maior segurança para a administração pública, uma vez que subsidia os gestores públicos nas medidas necessárias para manutenção da segurança da população residente nesses locais e na devida aplicação dos recursos públicos empregados, sendo fonte de assessoramento e consultoria técnica para as politicas públicas a serem implementadas.
2. Conformidade com regulamentações: O objeto do contrato não possui qualquer ilegalidade em comparação com o direito pátrio, atendendo os requisito necessários expostos na Nova Lei de Licitações nº 14133/2021, cumprindo o determinado nas Leis 14.133/2021, 12.608/2012, 14.750/2023, 3.561/2020 e 3385/2019;
3. Proteção aos munícipes em áreas de risco: O serviço citado constituem instrumentos imprescindíveis para administração pública municipal. No tema correlato ao assessoramento a Gestão de Risco de Desastres, em especial no atual cenário de mudanças climáticas. Ademais, a identificação dos riscos e sua hierarquização; a proposição de medidas para mitigação e a atualização do risco em áreas contempladas com soluções de engenharia, resulta diretamente na maior proteção de vidas e bens da nossa população.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição Resumida** | **Fonte de consulta de preços** | **Data Base** | **Preço Unitário** | **Preço Total** |
| 1 | Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. O Plano Municipal de Redução de Riscos do Município deverá compreender os Seguintes Produtos; Mapeamento das áreas de risco de escorregamentos e movimentos gravitacionais de massa do município, setorizando e classificando os setores de risco previstas em BRASIL, 2007; Mapeamento das áreas de risco de inundações no município, setorizando e classificando os Setores de risco delimitados de acordo com as classes de risco previstas em BRASIL, 2007; Proposição de intervenções estruturais de redução de riscos, apresentando a preposição de Obras de mitigação de riscos aos processos geodinâmicos mapeados em cada área de Risco. - Estimativa de custos e priorização das intervenções estruturais para as obras de mitigação para os processos de escorregamentos; Proposição de intervenções não estruturais de redução de riscos, compreendendo as ações que não empregam construções físicas e que aplicam o conhecimento, as práticas e os acordos existentes para reduzir o risco e seus impactos, especialmente através de políticas e leis, de maior conscientização pública, de capacitação e de educação (UNISRD, 2009); | Contratos semelhante celebrado por outro município e consulta a empresas especializadas | 30/08/2024 | R$ 100.000,00 | R$ 2.400.000,00 |
| **PREÇO TOTAL PROJETADO** | | | | | **R$ 2.400.000,00** |

* 1. A levantamento de mercado resultou na estimativa de valor elaborada com base na pesquisa de preço realizada através de contratos e consulta a empresas do ramo. A pesquisa referente aos contratos celebrados por outros entes federativos objetivou a busca por contratos com objeto semelhante em parte ou totalmente, visando compreender os valores praticados pelo mercado e a estimativa de valor aplicada para realidade do município de Niterói.
  2. Nota-se que foram poucos os contratos encontrados através de pesquisa, haja vista ser um serviço especifico e apesar da sua relevância, ainda é pouco utilizado e contratado pelos entes federativos. Necessário também destacar que os municípios que contrataram esse tipo de serviço possuem população menor em comparação à Niterói, elemento este que interfere diretamente nos valores e duração do contrato, prejudicando a estimativa realizada, mas possibilitando a identificação de outros pontos.
  3. Necessário evidenciar que os valores foram baseados em uma estimativa estabelecida para o período de 24 meses, estabelecendo uma noção basilar de tempo, estimando o valor projetado de forma aproximada para a execução do serviço pelo período supramencionado, considerando o desenvolvimento histórico da cidade, a população, às características geológicas e habitacional da respectiva população, compreendendo, elementos que criam todo um contexto e influenciam diretamente na estimativa do valor da contratação, elementos que dificultam o levantamento de mercado sem contratos semelhantes celebrados.
  4. Dito isto, é relevante esclarecer que os municípios de Hortolândia/SP,

Joaçaba/SC e Ponto Nova/MG, elaboraram Planos Municipais, sendo que o município de Hortolândia elaborou plano relacionado ao tema de saneamento básico, enquanto os demais elaboraram plano referente a questão da Redução de Riscos.

* 1. Conforme exposto anteriormente, todos os municípios citados possuem população menor em comparação com Niterói, elemento que influencia diretamente na estimativa de valor, haja vista que a ocupação territorial do município é maior, o que automaticamente gera um aumento nas áreas a serem avaliadas, e por se tratar de um município que está localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a ocupação de áreas de risco também aumentam, fato este caracterizado pela quantidade de sirenes do sistema de alerta e alarme instaladas em Niterói, ao qual atualmente compõem o sistema 37 sirenes.
  2. Cabe tratar individualmente as características de cada um dos mencionados contratos, bem como contato realizado com empresas especializadas, possibilitando evidenciar a análise dos mesmos, pautando inclusive a modalidade de licitação adotada por cada um dos municípios, fator a ser considerado.

1. **Município de Hortolândia/SP:**

O município em questão contratou empresa visando a elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com vigência de 15 (quinze) meses, pelo valor de R$ 169.090,00 (cento e sessenta e nove mil e noventa reais). Nota-se que, o objeto em questão não é o mesmo de Niterói, entretanto é válido a utilização do mesmo para contextualizar o cenário referente a elaboração de Planos Municipais, identificando valores e período de contratação, levando sempre em consideração o contexto a qual o município está inserido.

Referente ao contexto do município em tela, é válido destacar que o mesmo possui cerca da metade da população de Niterói, bem como à área da unidade territorial é de 62,416 km², enquanto Niterói é de 133,757 km², fator extremamente relevante dentro do contexto de ambas as cidades, sendo elemento influenciador o fato de Niterói ser uma cidade costeira, diferenciando com relação ao presente município, conforme dados fornecidos pelo IBGE.

Cabe ainda evidenciar que o município em questão utilizou a modalidade pregão para contratação do serviço pretendido, estando baseado nos direcionamentos legais apresentados pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021, o que inicialmente caracteriza a possibilidade de identificação do objeto da presente contratação como comum, sendo ponto relevante para identificação posterior da modalidade de licitação aplicável ao caso em tela.

Desta forma, considerando não ser o mesmo objeto, não cabe uma análise direta comparativa à Niterói referente a aplicação do PMRR, entretanto é plausível considerar o período de contratação utilizado para produção do PMSB, sendo resguardada as devidas proporções, concluindo que em um município com a metade da população de Niterói, e com menos da metade do território de Niterói, foi necessário 15 (quinze) meses para elaboração de um Plano Municipal.

1. **Município de Joaçaba/SC:**

O município em questão contratou empresa visando a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR, com vigência de 06 (seis) meses, pelo valor de R$ 95.100,00 (noventa e cinco mil e cem reais). Nota-se que, o objeto em questão é o mesmo de Niterói, sendo extremamente válido para realizar uma análise comparativa com Niterói, especialmente referente a valores, duração do contrato e elaboração e a entrega do objeto em relação ao contexto ao qual o município está inserido.

Tratando sobre o contexto do município, cabe destacar que o mesmo encontra-se no interior de Santa Catarina, ao qual conforme o IBGE, possui uma população estimada de 31.509 (trinta e um mil quinhentos e nove) pessoas e com território de 241,637 km², ou seja, referente a população, a qual Niterói possui estimadamente 516.720 (quinhentos e dezesseis mil e setecentos e vinte) pessoas, a mesma é extremamente menor em comparação.

Desta forma, o primeiro ponto a destacar em comparação a Niterói é o fato da população do município de Joaçaba ser quase 17 (dezessete) vezes menor que a população de Niterói, fator que interfere diretamente no valor da contratação, bem como na duração do contrato, haja vista que as características do município resultam na menor complexibilidade e abrangência de área para elaboração do PMRR.

Válido destacar ainda um segundo ponto, que é a questão referente à área urbanizada dos municípios, ao qual Niterói possui cerca de 70,52 km² de área urbanizada, enquanto Joaçaba possui apenas 11,98 km² de área urbanizada de um território de 241,637 km², conforme divulgado pelo IBGE, elemento que interfere diretamente no estudo referente ao Plano Municipal de Redução de Riscos elaborado em Joaçaba, e que foi utilizado como base para estimativa de valor referente a PMRR de Niterói, com base principalmente nas características geológicas do município, área urbanizada, população e extensão territorial.

Válido ainda acrescer que o município em questão utilizou da Nova Lei de Licitações 14.133/2021 como instrumento para contratação, ao qual devido às características fundamentadas por meio dos instrumentos que fundamentam o processo, optaram pela implementação da Dispensa de Licitação em razão do valor, conforme art. 75, inc. I da 14.133/2021.

Oportuno destacar que diante das características do município de Niterói, principalmente com relação a densidade demográfica, desenvolvimento populacional, histórico de ocupação em áreas de riscos, histórico de desastres, entre outros elementos que compõem a caracterização do serviço a ser prestado, torna-se inviável a utilização da modalidade de dispensa de licitação, pois através da comparação entre os municípios torna-se perceptível que os valores relacionados ao serviço que será prestado à Niterói ultrapassa o teto da caracterização por dispensa de licitação.

Sendo assim, é possível concluir que o tempo de duração do contrato celebrado pelo município de Joaçaba/SC, bem como o valor da contratação, podem ser utilizados como pilares para a estimativa de valores exposta para Niterói, adequando devidamente as características de Niterói, especialmente com relação ao tamanho da

população e das áreas urbanizadas, e utilizando de forma conjunta as informações obtidas diretamente com empresas do ramo e nos demais contratos, compreendendo assim ser elemento que fundamenta a estimativa de valor da contratação.

1. **Município de Ponte Nova/MG:**

O município em questão contratou empresa visando a revisão do Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR, bem como elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e a sustentabilidade, com vigência de 1 (um) ano, pelo valor de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais). Nota-se que, o objeto em questão é o mesmo de Niterói, sendo extremamente válido para realizar uma análise comparativa, especialmente referente a valores, duração do contrato e elaboração e a entrega do objeto em relação ao contexto ao qual o município está inserido.

Tratando sobre o contexto do município, cabe destacar que o mesmo encontra-se no Estado de Minas Gerais, sendo uma pequena cidade a cerca de 200 km de Belo Horizonte. Ponte Nova, conforme divulgado pelo IBGE, possui uma população estimada de 59.569 (cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e nove) pessoas e território de 470,643 km², ou seja, referente a população, a qual Niterói possui estimadamente 516.720 (quinhentos e dezesseis mil e setecentos e vinte) pessoas, a mesma é bem menor.

Inicialmente cabe apresentar um contexto comparativo, ao qual destaca-se que em comparação a Niterói, a população do município de Ponte Nova é quase 9 (nove) vezes menor que a população de Niterói, fator que interfere diretamente no valor da contratação, bem como na duração do contrato, haja vista que as características do município resultam na menor complexibilidade e abrangência de áreas para elaboração do PMRR.

Em comparação com o município de Joaçaba/SC, nota-se que o aumento da população, bem como o aumento da área da unidade territorial e área urbanizada resultaram no aumento do tempo de contratação, bem como também influenciou no valor. Sendo assim, é perceptível que ao planejar a contratação do mesmo serviço para Niterói, onde a população é bem maior em comparação a ambos os municípios, consequentemente compreende-se que o tanto o valor quanto a duração do serviço também serão maiores.

Válido destacar ainda a questão referente à área urbanizada dos municípios, ao qual Niterói possui cerca de 70,52 km² de área urbanizada, enquanto Ponte Nova possui apenas 11,27 km² de área urbanizada de um território de 470,643 km², ou seja, somando está informação referente a área urbanizada, que é semelhante a de Joaçaba/SC, e a discrepância de valores entre essas cidades, é possível concluir que a população ocupante do território de Ponte Nova ser maior que a de Joaçaba/SC, causar efeitos maiores no momento de estimar valores para prestação do serviço, efeito que consequentemente será igual em Niterói, influenciando diretamente no valor da contratação.

Válido ainda acrescer que o município em questão utilizou da Lei de Licitações

revogada nº 8.666/93, como instrumento para contratação, ao qual devido às características fundamentadas por meio dos instrumentos que sustentaram o processo administrativo licitatório, optaram pela implementação da modalidade pregão, haja vista o entendimento do órgão licitante sobre tratar-se de serviço comum.

Assim como exposto anteriormente com relação ao município de Hortolândia, a utilização da modalidade pregão, apesar de estarem fundamentadas em leis distintas, identificaram a prestação do serviço como comum, logo podendo ser definido a qualidade e desempenho.

Contudo, a simples comparação entre as modalidades escolhidas pelos mencionados entes não deve ser utilizada como fator essencial para definir a melhor aplicação dentro da realidade do município de Niterói, especialmente pelo fato do Plano Municipal de Redução de Riscos possuir características ímpares, que vão desde a extensão territorial ao tamanho da população e características geológicas do município, merecendo ser melhor elaborado em momento oportuno.

Desta forma, levando em consideração as informações referente aos municípios apresentados, nota-se que a extensão territorial, bem como a população do município são elementos que fundamentam a estimativa de valor, entretanto quanto maior a população, bem como maior a área urbanizada, mais o valor estimado e a duração da contratação do serviço serão aumentados, haja vista que a complexidade e demanda aumenta respectivamente.

1. **Município de Jundiaí/SP:**

O município em questão contratou empresa os serviços especializados para elaboração da Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização do Município de Jundiaí, atualização do Plano Municipal de Redução de Risco contendo as setorizações de risco em áreas delimitadas e, ainda, realização de curso de treinamento e capacitação de equipe técnica municipal, para atuação em mapeamento e gestão de risco, com vigência de 1 (um) ano, pelo valor de R$ 1.179.937,14 (um milhão, cento e setenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e quatorze centavos).

Nota-se que, o objeto em questão é o mesmo de Niterói, sendo extremamente válido para realizar uma análise comparativa com Niterói, especialmente referente a valores, duração do contrato e elaboração e a entrega do objeto em relação ao contexto ao qual o município está inserido.

Tratando sobre o contexto do município, cabe destacar que o mesmo encontra-se no Estado de São Paulo. Jundiaí, conforme divulgado pelo IBGE, possui uma população estimada de 460.313 (quatrocentos e sessenta mil e trezentos e treze) pessoas e território de 431,204 km², ou seja, referente a população, possui uma população mais aproximada em números com Niterói/RJ, divergindo na área urbanizada, na qual o município de Jundiaí possui por volta de 25% (vinte e cinco) de área urbanizada, enquanto Niterói possui cerca 50% (cinquenta) da área urbanizada.

Destaca-se ainda que diferentemente dos demais entes federativos, Jundiaí utilizou como critério para seleção do prestador de serviço a Dispensa de Licitação

fundamentada no art. 75, Inc. XV, da lei nº 14.133/2021, entretanto tal modalidade não é a mais adequada diante das características do serviço a ser prestado por Niterói, devendo ser desconsiderado diante do caso em concreto.

Desta forma, levando em consideração as informações referente ao município apresentado, nota-se que a extensão territorial, bem como a população do município são elementos que fundamentam a estimativa de valor com relação ao município de Niterói, assim como evidenciado através da comparação junta a outros entes federativos, ao qual é perceptível que quanto maior a população e a área urbanizada, maior a quantia necessária para contratação do serviço.

1. **Consulta a empresas do ramo:**

Conforme juntado aos autos do presente processo administrativo, a SMCDCR entrou em contato via e-mail com diversas empresas que prestam serviços relacionados a área a qual está enquadrado o serviço de elaboração de Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR.

Cabe destacar que o mencionado contato foi efetuado com o intuito de fundamentar o presente ETP, identificando as características do mercado e valores praticados, fornecendo apenas informações básicas e públicas do Município, visando apenas a obtenção de um panorama geral do mercado referente a eventual procedimento licitatório para elaboração de PMRR.

Nota-se que a SMCDCR encaminhou mensagem para 5 (cinco) empresas, sendo elas: Regea – Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais, Biosferalt Serviços Ambientais, Grupo MYR Projetos Sustentáveis, Thalweg Tecnologia e Geotecnia e Brabotech Engenharia, contudo apenas a Regea retornou o contato, ao qual informou o seu portfólio bem como a informação de que com base na população e características do município de Niterói, seria necessário em torno de 18 (dezoito) meses para a elaboração do PMRR, bem como o valor de estimado de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Oportuno evidenciar que a empresa em questão não possui detalhamento de informações do Plano Municipal de Redução de Riscos a ser elaborado em Niterói, haja vista que nem ao menos havia sido elaborado o Termo de Referência à época do questionamento, estando ainda em fase de identificação das soluções cabíveis ao caso concreto, sendo apenas destacado que deveria ser levado em consideração as características do município, tanto populacional quanto territorial.

Válido destacar que o questionamento foi instrumento utilizado para melhor elaboração do Estudo Técnico Preliminar, sendo usado neste primeiro momento para identificar a estimativa de valor aplicada segundo uma empresa que atua no ramo.

Desta forma, levando em consideração as informações obtida junto a empresa atuante no ramo, a qual considerou as informações básicas do município, como região onde está localizada, desenvolvimento urbano, área urbanizada e população, nota-se que o período de tempo foi adequado em comparação aos demais municípios supramencionados, corroborando com o exposto acima, no qual evidenciar que o

aumento da população da área urbanizada influencia diretamente no valor e período da contratação.

1. Análise conjunta dos valores encontrados:

Levando em consideração os valores encontrados por meio de contratos celebrados por alguns entes federativos, acrescidos de uma análise realizada por empresa especializada, a qual considerou as características gerais de território e população do município de Niterói/RJ, somados ainda ao levantamento de demanda exposto no tópico 6 do presente ETP, é possível concluir que:

* 1. A área urbanizada de Niterói é maior que todos demais entes federativos expostos no presente ETP, elemento que comprovadamente, conforme observado nos itens acima expostos, causa influência direta no valor do serviço a ser contratado, bem como no prazo de vigência de eventual contrato;
  2. Nota-se que referente ao período necessário para execução do serviço, é identificado o período de 2 (dois) anos para execução do mesmo, tendo em vista a fase de execução do PMRR, exposto no tópico 6, dividido em três fases distintas, considerando todos os elementos necessários e identificados no levantamento da demanda;
  3. A população de Niterói é maior que todos os demais entes federativos expostos no presente ETP e que já celebraram contrato com objeto semelhante ao debatido no presente Estudo Técnico Preliminar em tela, ao qual conforme observado nos itens acima, causa influência direta no valor do serviço a ser contratado, bem como no prazo de vigência de eventual contrato a ser celebrado. Inclusive causando efeito mais significativo quando em comparação com influência da área urbanizada referente a valores e prazo para execução, haja vista que ao ser comparado os contratos de Ponte Nova/MG e Joaçaba/SC, apesar de terem área urbanizada semelhante, a diferença no número da população dos municípios interferiu diretamente no valor para execução do serviço, ao qual ficou 6 (seis) vezes o valor do contrato celebrado pelo município de Joaçaba/SC.

Desta forma, considerando a demanda exposto no tópico 6 do ETP, bem como os contratos celebrados por outros entes federativos e consulta realizada junto a empresas do ramo, conclui-se que o valor obtido por meio do levantamento de mercado para a presente contratação é estimado em **R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).**

Tendo em vista que será necessário cerca de 2 (dois) anos para execução do serviço, a pesquisa de preço realizada, bem como caracteristica do município, como a população de Niterói ser estimada atualmente em 516.720 (quinhentos e dezesseis mil e setecentos e vinte) pessoas, área da unidade territorial 133,757 km², área urbanizada 70,52 km² e influência que esses dados causam no valor estimado, considerando ainda a avaliação da empresa citada, as informações obtidas por meio de contratos celebrados por outros órgão na medida do possível, conclui-se que o levantamento de mercado traduz de maneira preliminar a estimativa.

Destaca-se que diante da natureza do objeto pretendido, verifica-se que se trata de serviço técnico especializado, sendo uma possibilidade a aplicação do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o qual inclui a elaboração de estudos técnicos, assessorias ou consultorias técnicas.

Neste sentido, seria cabível analisar a possibilidade de inexigibilidade de licitação, conforme o art. 74 da referida lei, contudo, tal possibilidade seria possível desde que comprovada a notória especialização da empresa contratada e a inviabilidade de competição, o que exigiria robusta justificativa técnica e ampla demonstração da exclusividade da solução.

Entretanto, considerando:

* + - a existência de diversas empresas atuantes no mercado capazes de prestar o serviço;
    - a identificação de contratações semelhantes por outros entes federativos;
    - e o princípio da competitividade que rege as contratações públicas.

Conclui-se que não há inviabilidade de competição no caso concreto, tornando inadequada a adoção da inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, a modalidade de licitação mais apropriada é a Concorrência, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço técnico especializado, cuja o critério de julgamento é o menor, haja vista que o objeto não possui uma ampla variação qualitativa na sua execução, afastando a necessidade de aplicação do critério de julgamento técnica e preço.

Destaca-se que grande parte dos Plano Municipais encontrados no levantamento de mercado possuem como caracteristica principal a modalidade pregão. Compreende- se, conforme exposto acima, que a mencionada modalidade não se aplica, haja vista a modalidade concorrência é a mais adequanda, entretanto, cabe evidenciar que aplica-se no caso em tela o criterio de julgamento de menor preço.

Aplica-se tal critério pautado principalmente pelo fato de que as exigências mínimas de qualidade indicadas são quantificaveis e de simples aplicação, ao qual atendendo tais exigências, a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos não são relevantes para os fins pretendidos, haja vista que os critérios estabelecidos inicialmente são suficientes para cumprir o objetivo principal, no qual trata-se de assessorar e gerar fonte de consulta técnica para politicas públicas a serem aplicadas.

Portanto, por atender aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e vantajosidade da contratação, opta-se pela modalidade Concorrência, do tipo menor preço, para garantir a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

* 1. É necessário evidenciar que a licitação não preconiza apenas a questão financeira da contratação, haja vista que objetiva elementos diversos que compõem a prestação do serviço, sendo exemplo a melhor execução, melhor desenvolvimento do serviço, sendo considerado desta maneira o melhor custo e benefício.

**9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

* 1. A contratação do serviço de elaboração do Plano de Municipal de Redução de Riscos (PMRR), por se tratar de serviço técnico especializado e de natureza contínua, demanda uma análise criteriosa quanto à viabilidade de seu eventual parcelamento. Em observância aos princípios da economicidade, da eficiência, da vantajosidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos na Lei nº 14.133/2021, conclui-se que não é recomendável o fracionamento do objeto.
  2. Inicialmente, destaca-se que o PMRR é um instrumento de planejamento técnico e estratégico que exige coerência metodológica, integração de etapas e uniformidade de critérios ao longo de sua elaboração. O fracionamento da contratação em etapas ou componentes isolados pode resultar em inconsistências, duplicidade de esforços e perda de alinhamento entre as partes do plano, comprometendo sua efetividade e seu valor técnico.
  3. Adicionalmente, a contratação integral favorece a obtenção de economias de escala, ao evitar a celebração de múltiplos contratos com empresas distintas, reduzindo custos indiretos associados à mobilização, gestão contratual, acompanhamento e fiscalização. Essa abordagem contribui para a racionalização do gasto público e assegura maior eficiência na execução do serviço.
  4. Do ponto de vista da gestão, a celebração de um único contrato facilita a coordenação técnica e a responsabilização contratual, além de simplificar a fiscalização administrativa, mitigando riscos de lacunas, conflitos de escopo ou sobreposição de responsabilidades entre diferentes contratadas.
  5. Por fim, observa-se que a contratação da solução de forma integral não restringe a competitividade do certame, desde que sejam observados requisitos de habilitação proporcionais e compatíveis com a complexidade do objeto. Pelo contrário, tende a atrair fornecedores com maior qualificação técnica e experiência comprovada na elaboração de planos municipais, o que contribui para a qualidade final do produto entregue à Administração.
  6. Dessa forma, conclui-se que a contratação do serviço de elaboração do PMRR deve ocorrer em seu escopo completo e unificado, por se tratar de objeto de natureza continuada, indivisível sob o ponto de vista técnico e gerencial, cuja execução integrada se mostra mais vantajosa, econômica e eficiente para a Administração Pública.

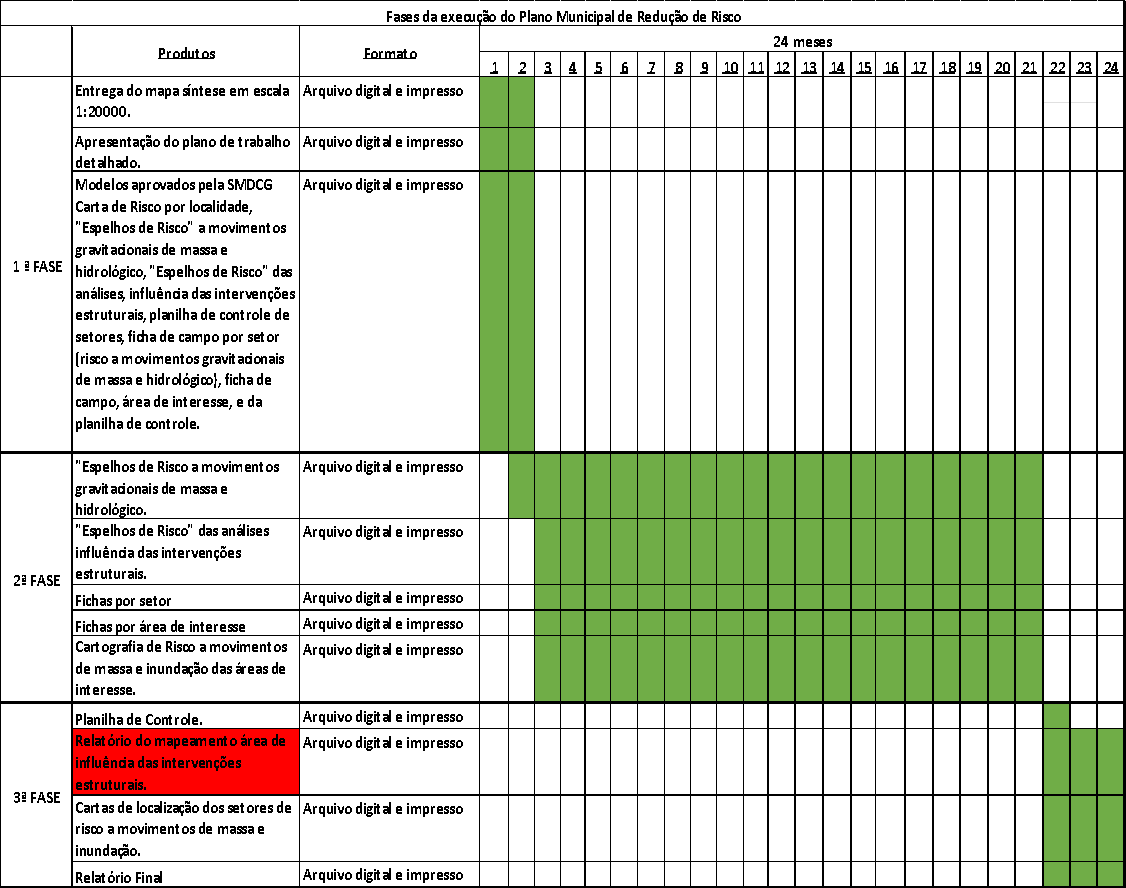
**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

**11. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. O objeto não está previsto no Plano de Contratações Anual, ao qual em momento oportuno será encaminhado para autorização pelo Chefe do Poder Executivo, conforme art. 29, §6º, do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

**12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

* 1. A presente contratação almeja a aquisição do objeto que atenda, além dos requisitos específicos estabelecidos neste documento, a formalização de contrato que garanta a economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos materiais e/ou financeiros da administração pública.
  2. Além disso, pretende-se que a contratação seja capaz de entregar Plano Municipal de Redução de Riscos, ao qual direciona a atuação do município com relação a eventuais intervenções em áreas de riscos e práticas a serem adotadas, assessorando o município em eventuais politicas públicas a serem elaboradas, sendo fonte de consultorias técnicas que atenderá não apenas a SMCDCR, mas toda a administração pública municípal, sendo válido expor as fases de execução, a saber:
  3. **Primeira Fase - Corresponde a etapa de planejamento, e se refere ao período de compilação de dados e elaboração de elementos norteadores das atividades de campo e escritório:**
  4. Primeira Fase – Atividades - Nesta fase serão realizados levantamento de dados. Todas as informações técnicas acerca de deslizamentos, queda/tombamento/rolamento de blocos, além de enchentes e inundações referentes ao município de Niterói deverão ser analisados, principalmente as que se referem aos mapeamentos pretéritos executados no município, sejam pela SMCDCR ou por outros executores. Neste sentido, a SMCDCR disponibiliza seu acervo de mapeamentos executados pela própria SMCDCR, bem como o inventário onde constam as ocorrências e solicitações que se relacionam movimentos gravitacionais de massa e inundações, e outros trabalhos técnicos pertinentes ao tema, desenvolvidos no

município. Nesta fase deverá ser:

* 1. Elaborar “mapa síntese” onde deverão ser plotados todos os setores de risco identificados durante a execução dos levantamentos de dados, a fim de se verificar a concentração de pontos nas áreas de interesse, com intuito de subsidiar a elaboração do plano de trabalho. Neste mapa também deverão constar as intervenções/obras de contenção de encostas realizadas na cidade nos últimos anos.
  2. Elaborar plano de trabalho detalhado onde deverá constar o cronograma de abordagem de todas as áreas de interesse presentes no mapa síntese.
  3. Desenvolver modelos dos produtos que serão elaborados na segunda fase de execução do PMRR-Niterói, que deverão ser acordados com a SMCDCR, entre eles: Carta de Risco a movimentos gravitacionais de massa e inundação/alagamento, “Espelhos de Risco” a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, “Espelhos de Risco” remanescentes das áreas previamente contempladas por medidas estruturais, ficha de campo (área de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico).
  4. Criar um banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto – os dados que comporão a Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico, relatório técnico, fichas de campo, espelhos de risco, fotos de campo, fotos aéreas, imagens de sensoriamento remoto e delimitação dos polígonos de risco e as delimitação das indicações de intervenções estruturais em arquivos do tipo KML ou KMZ.
  5. Desta forma, os produtos que deverão ser entregues na primeira fase da execução do PMRR-Niterói: Mapa síntese com a escala sugerida de 1:20 000 , ou outra que possibilite melhor visualização, com a distribuição espacial dos dados técnicos compilados, quanto às ocorrências de movimentos de massa, enchentes e/ou inundações, em formato digital e impresso, plano de trabalho detalhado em formato digital e impresso e os modelos dos produtos que serão elaborados na segunda fase de execução do PMRR-Niterói.
  6. **Segunda Fase** - A segunda fase da execução do PMRR-NITERÓI se relaciona às atividades de campo e a entrega dos produtos que correspondem a execução do mapeamento. Nesta fase deverá ser:

1. Realizado a pré-setorização que deverá ser delimitada em foto oblíqua ou

imagens de satélite, que subsidiarão as atividades de campo. Deverá ser obtido fotos oblíquas e/ou ortofotos por meio de sobrevoo de veículo aéreo não tripulado (VANT) para os setores que serão vistoriados, quando houver necessidade. Para isto, deverá ser verificada a qualidade das imagens de satélite disponíveis no momento da análise.

1. Realizar vistoria de campo nas áreas de interesse, de acordo com o plano de trabalho estabelecido na Primeira Fase de execução do PMRR-Niterói, com apoio das imagens de satélite, com roteiro previamente planejado e pré setorização delimitada, além da ficha de campo com informações diversas sobre aspectos físicos, urbano ambientais e sociais da área, impressa para orientação da investigação e lançamento das informações;
2. avaliar em detalhe os setores de interesse, investigando fatores condicionantes do risco, a partir do meio físico, com destaque para as características morfológicas, hidrológicas, geológicas e geotécnicas, como grau de alteração do substrato, coesão do material desagregado, estrutura das rochas e suas condições de estabilidade, declividade, fluxos de águas superficiais, cobertura vegetal, sulcos erosivos e cicatrizes de movimentos de massa pretéritos, grau de saturação do solo, entre outros.
3. observar as intervenções humanas na ocupação do setor que possam contribuir com a construção do risco (por exemplo: cortes e escavações, aterros, lançamentos de lixo, entulho, aterros, águas servidas, esgoto).
4. Identificar alguma potencialidade de instabilidade ou de ruptura, especialmente por meio de evidências observáveis como trincas e rachaduras no solo ou nas edificações, degraus de abatimento, sulcos erosivos e cicatrizes de movimentos de massa, saturação do solo, inclinação de muros, postes, árvores, entre outros, buscando avaliar o estágio de evolução do processo (inicial, intermediário, avançado, crítico).
5. compreender toda a área sujeita aos efeitos do processo destrutivo, englobando o ponto de ruptura, a área de passagem ou deslocamento e a área de acumulação, depósito ou soterramento. Este será o setor de risco, que deve ser então delimitado na imagem oblíqua impressa.
6. identificar e caracterizar, se possível, indicadores observáveis de vulnerabilidade sociais, tais como: presença de moradores idosos, pessoas com deficiências e acamados.
7. evidências de fragilidade construtiva, de instabilidade estrutural ou de degradação significativa da edificação; acúmulo de lixo significativo no entorno da moradia; evidência clara de perigo ou impacto ou dano à moradia por ocorrência pretérita, sem que haja providência observável de reparo ou mitigação por parte do morador; desorganização espacial ou adensamento excessivo das edificações na área vistoriada, afetando fluxos de drenagem superficial; e lançamento desorganizado de águas servidas sobre taludes.
8. indicar tipos de intervenções estruturais mais apropriados à solução e/ou minimização das atuais situações de risco, para cada setor avaliado, tendo como objetivo orientar a execução de um conjunto de obras e intervenções, a serem desenvolvidas a curto e médio prazo. Indicador do custo financeiro das obras indicadas.
9. Fazer levantamento de todas as edificações expostas ao risco; quando possível, contabilizar o total de pessoas sob risco por setor. As cartas deverão contabilizar individualmente os imóveis por setores de risco.
10. coletar imagens fotográficas que ilustram os condicionantes e evidências observadas no setor (fotos de campo); com base no risco identificado, analisado, delimitado espacialmente pela setorização, devem ser sugeridas possibilidades de intervenção estrutural (obras de engenharia) e ações não estruturais para a redução do risco identificado.
11. identificar e analisar a área de influência das intervenções estruturais pré- determinadas, bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras, considerando as características geomorfológicas das áreas e a abrangência das intervenções de estabilização e/ou obras de urbanização e drenagem realizadas. Para essas áreas deverá ser feito a correlação das edificações individualizadas ao cadastro de imóveis interditados existentes no Sistema de Informações da Defesa Civil de Niterói (SIDEC), para subsidiar as ações de desinterdição da SMCDCR.
12. Proposições de intervenções estruturais de cunho preventivo para cada setor de risco, com indicativo de medidas a serem implantadas ao longo do tempo de maneira a definir um horizonte para a redução efetiva dos níveis de risco, atacando preventivamente as causas dos processos geradores de risco.

Estas proposições deverão ser realizadas por engenheiro geotécnico com experiência

nesse serviço.

1. O levantamento de engenharia tem por objetivo descrever e quantificar todas as intervenções estruturais geotécnicas, possibilita a determinação dos custos unitários estimados de cada ação no setor, visando o melhor relacionamento custo x benefício, com base na tabela EMOP ou SICRO/SINAPI; bem como representá-las no “Espelhos de Risco” com a indicação da proposta de intervenção por setor mapeado, elaborado na escala sugerida de 1:1000, ou outra que possibilita melhor visualização do cenário e dos imóveis em situação de risco.
2. Setores de risco baixo (R1) não serão alvo de estudo.

**Serão entregues na segunda fase de execução do PMRR- Niterói, os seguintes produtos:**

* Fichas de campo: caberá nas fichas de campo a descrição de cada setor, bem como a classificação do risco, incluindo o número de edificações e de pessoas sob risco, o levantamento quanto a vulnerabilidade social. Serão dois os formatos de ficha, um compreenderá as informações do setor e o outro das áreas de interesse com as informações de todos os setores da respectiva área de interesse. As fichas de campo por setores e por área de interesse deverão seguir padrão proposto pelo executor do serviço, aprovado pela SMCDCR na primeira fase de execução do PMRR-NITERÓI, e deverão ser entregues em formato digital e físico.
* “Espelhos de Risco”: trata-se de um produto preparado para cada setor de risco, seja de grau muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2) onde contém sumariamente todas as informações relevantes sobre aquele setor, tais como: localização do ponto, descrição do ponto, grau de risco, hierarquia, fotografia oblíqua com a delimitação da área de risco, fotografias in loco, recomendações de concepção de intervenção estrutural e não estrutural. Para os setores onde serão analisadas a influência das intervenções estruturais, estes deverão ser representados em “Espelho de Risco” específico. Ambos Espelhos de Risco, deverão ser executados em tamanho em A3, e necessitarão seguir padrão acordado entre a o prestador do serviço e a SMCDCR e serão entregues em formato digital e físico.
* Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico para cada área de interesse: A empresa contratada deverá apresentar as Carta de Risco a movimentos

de massa e hidrológico, conforme padrão acordado entre o prestador do serviço e a SMCDCR para cada área de interesse de risco mapeados do município. As Cartas de Risco a movimentos de massa e hidrológico obrigatoriamente deverão conter: a delimitação dos setores de risco identificados e mapeados naquela área; os setores serão identificados por cores: risco muito alto – vermelho, risco alto – laranja, risco médio – amarelo; escala gráfica; escala numérica; grade de coordenadas; legenda; norte geográfico; sistema geodésico; e fuso. A escala das Cartas de Riscos a movimentos de massa e hidrológico deverão ser determinadas quanto ao melhor (maior) enquadramento da área em questão no espaço disponível em um papel de tamanho A3 ou A4. Esta escala da carta não deverá ser menor que 1:1000. O formato digital da Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico para cada área de interesse pressupõe um Sistema de Informações Geográficas no formato compatível com GDB da ESRI contendo a cartografia básica (limites administrativos, planialtimétrica, vias, hidrografia, declividade, curvas de nível) - sistemas de projeção UTM e o Datum WGS-84 compatível com Sistema de Gestão da Geoinformação do município (SiGeo). O layout da referida cartografia será definido em conjunto entre a CONTRATADA e a SMCDCR.

* 1. **Terceira Fase** - A terceira fase da execução do PMRR-NITERÓI se relaciona às atividades finais. Nesta fase o prestador do serviço deverá preparar e entregar os produtos finais, que compreendem: as Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e hidrológico, Relatório Final do PMRR-NITERÓI, Relatório do mapeamento de área de influência das intervenções estruturais e o banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto.
  2. A escala desta Cartas de localização dos setores de Risco a movimentos de massa e hidrológico, deverá ser determinada quanto ao melhor (maior) enquadramento do limite municipal na área disponível em um papel de tamanho A0. Esta escala deverá ser múltipla de 1.000. Todos os dados devem estar georreferenciados no sistema geodésico Sirgas 2.000 e utilizando-se o sistema de coordenadas UTM.
  3. Relatório Final - contemplará a metodologia detalhada de identificação e análise dos riscos (mapeamento) das áreas de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, Relatório do mapeamento de risco remanescente das áreas de influência das intervenções estruturais, “Espelhos de risco”, Cartografia de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico por área de interesse.
  4. Relatório do mapeamento de área de influência das intervenções estruturais, corresponderá ao levantamento específico realizado nas áreas onde foram executadas as últimas obras concluídas e/ou em conclusão contratadas pela prefeitura de Niterói, este relatório deverá ter a seguinte estrutura:

1. Introdução: objetivo, equipe executora, período de realização;
2. Metodologia: de acordo com o presente Termo de Referência;
3. Resultados:
   1. Carta Final de Risco Remanescente às Obras de Estabilização;
   2. Tabela dos Setores de Risco Remanescente às Obras de Estabilização - Hierarquizados;
   3. Espelhos de Risco Remanescente;
   4. Anexo 1: Contabilização e Correlação individualizadas dos imóveis identificados no SIDEC.
   5. Os produtos finais devem ser entregues sob a forma de Relatórios Técnicos, em duas cópias, digital e física, à SMCDCR.
   6. Considerações Finais
      1. Do prazo para entrega dos produtos.
      2. Os produtos deverão ser entregues sempre ao término de cada etapa do mapeamento, por área de interesse.
      3. A SMCDCR poderá realizar adequações no cronograma de execução do mapeamento (ANEXO 2) em conjunto com a empresa, respeitando a razoabilidade para término de cada etapa, dentro das necessidades existentes.
      4. As entregas dos produtos só serão concluídas após a validação da equipe técnica da SMCDCR em conjunto aos Fiscais do Contrato.
      5. O prazo de vigência para o contrato e de execução dos serviços será de 24 (vinte quatro) meses, com início dos serviços a partir da emissão da ordem de serviço.
      6. Os eventuais pedidos de prorrogação do prazo, nas hipóteses previstas no artigo Lei Federal no 14.133/21, deverão ser apresentados no prazo.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. Não será utilizado nenhum recurso que demande alteração da estrutura atual.

**14. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

* 1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, especialmente o que consta nos artigos 5º e 6º da normativa, no que couber.
  2. Serão incluídas como obrigação da contratada critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010).
  3. No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução dos serviços, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.
  4. A destinação final será responsabilidade da contratada e deverá ser realizada de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto Federal nº 7.404/2010.
  5. A contratada deverá receber da Secretário Municipal do Clima, Defesa Civil e Resiliência, os objetos inservíveis, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores, a fim de garantir a sua reutilização ou descarte sustentável, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
  6. Todos os custos referentes ao recebimento de inservíveis, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da contratada.
  7. Caberá à contratada apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

**15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

* 1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerou a necessidade de contratação do objeto, os requisitos técnicos, legais, ambientais e os do próprio negócio, o mercado em que o objeto se encontra inserido, bem como todos os demais requisitos necessários para a caracterização e quantificação da demanda identificada, bem como o processo de escolha da solução que melhor se adequa à Instituição nesta oportunidade. Foram considerados ainda os requisitos ambientais; os aspectos legais.
  2. Desta forma, entende-se ser VIÁVEL a contratação sob análise em comento, na forma que dispõe o art. 32, XIII, do Decreto Municipal nº 14.730/2023, e, visando dar início à implementação do objeto aqui delineado, recomenda-se a elaboração de Termo de Referência com base no presente estudo e o encaminhamento para o setor competente para o prosseguimento do feito.

**16. MAPA DE RISCOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RISCO 01** | | |
| **IDENTIFICAÇÃO:** | **PROBLEMAS TÉCNICOS E INTEGRAÇÃO** | |
| **Probabilidade** | Baixa | |
| **Dano** | | **Impacto** |
| Problemas técnicos, como divergência metodológica ou dificuldades na integração, podem ocorrer. | | **MÉDIO** - Atrasos nas entregas do PMRR. |
| **Ação Preventiva** | | **Responsável** |
| Definição da metodologia a ser empregada no Termo de Referência,  sendo este método testado e validado, além de utilizado na maioria dos serviços semelhantes. | | SMCDCR |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RISCO 02** | | |
| **IDENTIFICAÇÃO:** | **CONFORMIDADE LEGAL E REGULATÓRIA** | |
| **Probabilidade** | Baixa | |
| **Dano** | | **Impacto** |
| Deve estar em conformidade com as regulamentações do direito pátrio. | | **ALTO** - Penalidades legais e financeiras. |
| **Ação Preventiva** | | **Responsável** |

SMCDCR

Análise minuciosa das leis, manter-se atualizado e garantir conformidade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RISCO 03** | | |
| **IDENTIFICAÇÃO:** | **ORÇAMENTO E CUSTOS ADICIONAIS** | |
| **Probabilidade** | Baixa | |
| **Dano** | | **Impacto** |
| Custos adicionais não previstos podem surgir, afetando o orçamento do projeto. | | **MÉDIO** - Exceder o orçamento planejado. |
| **Ação Preventiva** | | **Responsável** |
| Estimativa precisa, reserva de contingência e monitoramento de custos. | | Equipe de Planejamento da Contratação |

**RISCO 04**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO:** | **ESCOPO MAL DEFINIDO OU ALTERAÇÕES CONSTANTES** | |
| **Probabilidade** | Baixa | |
| **Dano** | | **Impacto** |
| Mudanças no escopo do objeto ou definição inadequada podem ocorrer. | | **ALTO** - Atrasos e custos adicionais. |
| **Ação Preventiva** | | **Responsável** |
| Definir requisitos claros referente ao objeto. | | Equipe de Planejamento da Contratação |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RISCO 05** | | |
| **IDENTIFICAÇÃO:** | **ATRASO NA CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO** | |
| **Probabilidade** | Média | |
| **Dano** | | **Impacto** |
| A ausência de tal aquisição provocará atrasos nas políticas e ações  voltadas à redução de risco de desastres no município, concomitantemente aumentando o risco da população. | | **ALTO** - Atrasos e custos adicionais. |
| **Ação Preventiva** | | **Responsável** |
| Especificação precisa do objeto, da qualificação, das obrigações das partes e condições de execução, evitando dúvidas entre os interessados e tramitações desnecessárias, proporcionando celeridade nas etapas do processo. | | Equipe de Planejamento da Contratação |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RISCO 06** | | |
| **IDENTIFICAÇÃO:** | **PRESTADOR DO SERVIÇO TECNICAMENTE INCAPAZ** | |
| **Probabilidade** | Média | |
| **Dano** | | **Impacto** |
| A contratação de prestador de serviço tecnicamente incapaz pode resultar em plano mal elaborado ou inaplicável, desperdício de recursos públicos e eventual responsabilização do gestor, bem como compromete diretamente a proteção da população em áreas de risco, pois o plano é um insumo para políticas públicas de prevenção a  desastres. | | **ALTO – INACEITÁVEL**  Atrasos, custos adicionais e desperdício de recursos. |
| **Ação Preventiva** | | **Responsável** |

|  |  |
| --- | --- |
| Exigir atestado de capacidade técnica comprovando experiência anterior da empresa na elaboração de planos municipais similares, bem como constante fiscalização sobre as atividades relacionadas ao serviço contratado. | Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Fiscais |

MATRIZ DE PROBABILIDADE X IMPACTO

ALTA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
|  |  | **RISCO 05**  **RISCO 06** |
|  | **RISCO 01**  **RISCO 03** | **RISCO 02**  **RISCO 04** |

PROBAB ILIDADE DE OCORRÊ NCIA

MÉDIA

BAIXA

BAIXA MÉDIA ALTA

GRAVIDADE / IMPACTO

**17. INDICADORES E AÇÕES DE CONTINGÊNCIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Margem** | **Descrição** | **Consequência Esperada** |
| Atraso superior a 10% no cronograma global | Entrega da fase diagnóstica fora do prazo pactuado. | Acionamento do fornecedor para apresentação de plano de  recuperação. |
| Descumprimento parcial do escopo técnico | Falta de levantamento em áreas críticas, ausência de  profissionais exigidos. | Notificação formal e solicitação de correções imediatas. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ausência de responsável  técnico (ART) na equipe | Falta de engenheiro civil,  geotécnico, geólogo etc. | Suspensão do pagamento até a  regularização. |
| Reprovação de entregáveis por 2 vezes consecutivas | Produtos como mapas de risco ou relatórios não atendem aos  requisitos. | Acionamento de penalidade contratual e possível  substituição da equipe. |
| Indícios de fraude, plágio ou má-fé | Similaridade excessiva com outros planos, ausência de trabalho de campo. | Abertura de processo administrativo e possível rescisão contratual. |

Niterói, 25 de junho de 2025.

Elaborado por

José Matheus Pires da Silva Matrícula: 1.247.580-0

Josiane de Oliveira Matrícula: 1.243.486-0

Aprovado por Walace Medeiros Barbosa

Sec. Adjunto do Clima, Defesa Civil e Resiliência Matrícula: 1.247.556-0 - PMN

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

## ANEXO IV – MODELO – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **(nome** | **da** | **empresa),** | **CNPJ** |
| **(número** | **de** | **inscrição),** | **sediada** |

**(endereço completo), declara, sob as Penas da Lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Presente processo licitatório.**

**(Local), de de 20 .**

**(Nome e Assinatura do representante legal)**

## ANEXO V – DECLARAÇÕES DE SIGILO

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**

A empresa [RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL], pessoa jurídica com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ com o n.º [N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional e estrutural da Prefeitura Municipal de Niterói - PMN, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da PMN reveladas à CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do contrato n.º /20 , doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.
3. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da PMN, das informações restritas reveladas.
4. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, as informações restritas reveladas.
5. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços a PMN, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
6. A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.
7. A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente a PMN qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A CONTRATADA obriga-se a informar a PMN a relação de colaboradores que estarão envolvidos na execução do CONTRATO e a fornecer ao PMN a Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes de cada colaborador.
9. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da PMN, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a PMN e a CONTRATADA sem qualquer ônus para a PMN. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridas pela PMN, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
10. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas da PMN.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a CONTRATADA assina o presente termo através de seu representante legal.

Niterói, de de 20 .

[NOME DA CONTRATADA]

\_

Assinatura REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA



**ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RAZÃO SOCIAL:** |  | **CNPJ:** |
| **INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:** | | |
| **ENDEREÇO:** |  | **BAIRRO:** |
| **CIDADE:** | **ESTADO:** | **CEP:** |
| **TELEFONE:** | **FAX:** | **E-MAIL:** |
| **DADOS BANCÁRIOS:** |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO ÚNICO –** Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. | | | | | |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade de Medida** | **Quantidade** | **Valor Unit (por fase)** | **Valor Total** |
| **1** | Mapeamento das áreas de risco de escorregamentos e movimentos gravitacionais de massa, Mapeamento das áreas de risco de inundações e  Proposição de intervenções estruturais de redução de riscos (conforme descrito no anexo I). | Mês | 24 | 1. R$ | R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| 1. R$ |
| **VALOR TOTAL DO GRUPO ÚNICO:** | | | R$ | | |

**Os encargos sociais, custos administrativos, remuneração da empresa, despesas fiscais e outras despesas, que incidam sobre os salários deverão ser discriminados em separado. O ISS no município de Niterói é de 5%.**

Valor total: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (em algarismos)

(por extenso) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

( ) Optante pelo Simples Nacional

( ) Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(os) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Proponente

**ANEXO VII – MODELO – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**DECLARAÇÃO**

**(nome da empresa), CNPJ (número de inscrição), sediada**

**(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo CRF/RJ, na modalidade de Concorrência Eletrônica, que é ( )MICRO EMPRESA ou ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE, cumprindo os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.**

**Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.**

**(Local), de de 20 .**

(Nome e Assinatura do representante legal)

**ANEXO VIII - MODELO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**(nome da empresa), CNPJ (número de inscrição), sediada**

**(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade de concorrência Eletrônica, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.**

**Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.**

**(Local), de de 20 .**

**(Assinatura do representante legal)**

**(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).**

**Nome: No da cédula de identidade: Cargo:**

## ANEXO IX - MODELO - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

**(nome da empresa), CNPJ (número de inscrição), sediada**

**(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade de Concorrência Eletrônica Nº XXX, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.**

**Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.**

**(Local), de de 20 .**

**(Assinatura do representante legal)**

**(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).**

**Nome: No da cédula de identidade: Cargo:**

## ANEXO X – MODELO - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

**Ilmo. Sr.**

**(autoridade a quem se dirige)**

**(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº DECLARA ao Município de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.**

**Para esse efeito, a declarante informa que:**

1. **- Preenche os seguintes requisitos:**
   1. **conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;**
   2. **apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;**
2. **- o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e**

**tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e**

**ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).**

**, de de . (Local)**

**(Nome e Assinatura do representante legal)**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

## ANEXO XI – MODELO – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **A** | **empresa** |  | **,** | **CNPJ** |
|  |  | **, sediada no** |  | **endereço** |

**(endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.**

**, de de 20 . (Local)**

**(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)**

## ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

**DECLARAÇÃO**

Por meio desta, o(a) Sr(a) [***nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto***], CPF , ocupante do cargo [***cargo que ocupa***] na empresa [***Nome (Razão Social) da empresa***], CNPJ [***número do CNPJ da empresa***], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS**

**DE SEGURANÇA VIGENTES NA PMN**, emitido por aquela empresa por ocasião da assinatura do contrato n.º /20 , e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data

Assinatura

## ANEXO XIII– MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

|  |
| --- |
| **Ordem de Serviço** |
| Contrato nº / |
| OS n° |

1. ***IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO***
2. ***PRAZO PARA EXECUÇÃO***

|  |  |
| --- | --- |
| Data de início | Data de término |
|  |  |

1. ***ESCOPO (SERVIÇOS/PRODUTOS)***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição do serviço/produto | Data de Conclusão | Horas |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

1. ***PARTICIPANTES***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nome | Função | Identificação | Órgão/Empresa |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

1. ***ANEXOS***

|  |  |
| --- | --- |
| Documento | Descrição |
|  |  |
|  |  |

Niterói, de de 20 .

**Preposto**

Empresa

**Fiscal do Contrato**

Servidor PMN

**ANEXO XIV - MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

# INFORMAÇÕES GERAIS

* + 1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao edital entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:
       1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
       2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

# OBJETIVOS A ATINGIR

* 1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

# FORMA DE AVALIAÇÃO

* 1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
  3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

# SANÇÕES

* 1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no edital e demais documentos.
  2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
  3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida e em conformidade com as fases da execução do PMRR. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais.
  4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da devida públicação do contrato no PCNP, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar de acordo com as fases e subfases da execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.
  5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

**4.6** A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas por fases da execução do serviço fica limitada ao percentual de 20% (vinte por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

**4.7** Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da subfase da execução do serviço, considerar-se-á o valor da medição correspondente à respectiva subfase da data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível

afirmar tal data, considerar-se-á a data e a subfase da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

# DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

* 1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para a subfase de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.
  2. Para tanto, serão três as fases do serviço, que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)** | | | |
| **PROCESSO nº 9900077083/2024 - SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS** | | | |
| **INDICADORES** | | **Subfases** | |
| 1 | **1º FASE** | **2** | |
| 2 | **2º FASE** | **19** | |
| 3 | **3º FASE** | **3** | |
| **INDICADOR Nº 01: 1º fase – subfase I** | | | |
| **Finalidade** | Garantir a devida entrega do mapa síntese em escala 1:20000, bem como a apresentação do plano de trabalho detalhado. | | |
| **Meta a Cumprir** | 100% da entrega voltada a produtos oriundo do serviço de elaboração do PMRR nesta fase. | | |
| **Instrumento de Medição** | Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso. | | |
| **Forma de Acompanhamento** | Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores. | | |
| **Periodicidade para entrega dos produtos** | Mensal. | | |
| **Mecanismo de Cálculo** | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. | | |
| **Início da Vigência** | Conforme contrato e cronograma de fases da execução do PMRR. | | |
| **Ocorrências / Pontuação** | Deixar de fornecer mapa de síntese em escala 1:20000 | | 0,5 ponto por dia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Fornecer mapa de síntese em desacordo com o estabelecido, seja por ser inadequada ao tamanho previsto ou excessivamente desproporcional ou  cuja qualidade tenha sido recusada. | 1,0 ponto por dia |
| Apresentação do plano de trabalho de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada. | 1,0 ponto por dia |
| Não apresentar plano de trabalho detalhado. | 2,0 ponto por dia |
| **Faixas de ajustes no pagamento** | Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos. | |
| **Observações** | Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases. | |
| O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços. | |
| A pontuação será zerada para a subfase seguinte. | |
| **Subfase II** | | |
| **Finalidade** | Garantir a devida entrega da carta de risco por localidade “espelhos de Risco”, a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, “espelho de Risco” das análises, influência das intervenções estruturais, planilha de controle de setores, ficha de campo por setor (risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico), ficha de campo, área de interesse, e da planilha de controle. | |
| **Meta a Cumprir** | 100% da entrega voltada a produtos oriundo do serviço de elaboração do PMRR previsto na segunda subfase. | |
| **Instrumento de Medição** | Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso. | |
| **Forma de Acompanhamento** | Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores. | |
| **Periodicidade para entrega dos produtos** | Mensal. | |
| **Mecanismo de Cálculo** | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. | |
| **Início da Vigência** | Conforme contrato e cronograma de fases da execução do PMRR. | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ocorrências / Pontuação** | Deixar de entregar a carta de risco por localidade. | 0,5 por localidade |
| Deixar de entregar “espelhos de risco” a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico e “espelhos de risco” das análises, influência das intervenções estruturais, planilha de controle de setores, ficha de campo por setor, área de interesse, e da planilha de  controle | 1,0 ponto por dia |
| **Faixas de ajustes no pagamento** | Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos. | |
| **Observações** | Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases. | |
| O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços. | |
| A pontuação será zerada para a subfase seguinte. | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INDICADOR Nº 02 – 2º Fase** | | |
| **Subfase III ao XXI** | | |
| **Finalidade** | Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados. | |
| **Meta a Cumprir** | Entrega em sua totalidade dos produtos elaborados durante o PMRR. | |
| **Instrumento de Medição** | Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso. | |
| **Forma de Acompanhamento** | Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores. | |
| **Periodicidade** | mensal. | |
| **Mecanismo de Cálculo** | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. | |
| **Início da Vigência** | Conforme contrato e cronograma de fases da execução do PMRR. | |
| **Ocorrências / Pontuação** | Não atendimento de cada uma das subfase da 2º fase, ao qual divide-se em 19 subfases, que deve em cada uma delas entregar a cobertura mínima de 5,26% das áreas de risco e de avaliação necessária, com bases expostas por meio dos documentos anexo ao edital que evidência o quantitativo do serviço. | 1,0 ponto por dia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Apresentação dos produtos de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada. | 1,0 ponto por dia |
| **Faixas de ajustes no pagamento** | Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos. | |
| **Observações** | Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases. | |
| O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto  relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços. | |
| A pontuação será zerada para a subfase seguinte. | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INDICADOR Nº 03 – 3º Fases** | | |
| **Subfase XXII a XXIV** | | |
| **Finalidade** | Garantir a plena execução e entrega da planilha de controle, relatório do mapeamento da área de influência das intervenções estruturais, cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e inundação. | |
| **Meta a Cumprir** | Cobrir 100% das áreas de risco correspondentes ao serviço a ser prestado. | |
| **Instrumento de Medição** | Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso. | |
| **Forma de Acompanhamento** | Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores. | |
| **Periodicidade** | mensal. | |
| **Mecanismo de cálculo** | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. | |
| **Início da Vigência** | Conforme contrato. | |
| **Ocorrências / Pontuação** | Não elaborar planilha de controle | 2,0 pontopor dia |
| Atraso na entrega do relatório do mapeamento da área de influência das intervenções estruturais devido a apresentação dos produtos de forma  incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada. | 1,0 ponto por dia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Atraso na entrega de cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e inundação devido a apresentação dos produtos de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido  recusada. | 2,0 ponto por dia |
|  | Atraso na entrega do relatório final devido a apresentação dos resultados de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada. | 4,0 ponto por dia |
| **Faixas de ajustes no Pagamento** | Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos. | |
| **Observações** | Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases. | |
| O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços. | |
| A pontuação será zerada para a subfase seguinte. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **DESCONTOS** | |
| **Pontos** | **Desconto** |
| 2,0 a 5,0 | 1% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 5,1 a 8,0 | 3% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 8,1 a 11,0 | 5% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 11,1 a 14,0 | 7% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 14,1 a 16,0 | 10% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 16,1 a 20,0 | 13% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 20,1 a 25,0 | 16% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 25,1 a 30,0 | 20% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência |
| 1. | O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, por mais de 5 vezes, dentro da subfase de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto. |
| 2. | Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente. |

|  |  |
| --- | --- |
| 3. | Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no subfases, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada  conforme sanções previstas no Termo de Referência, contrato e demais documentos competentes. |

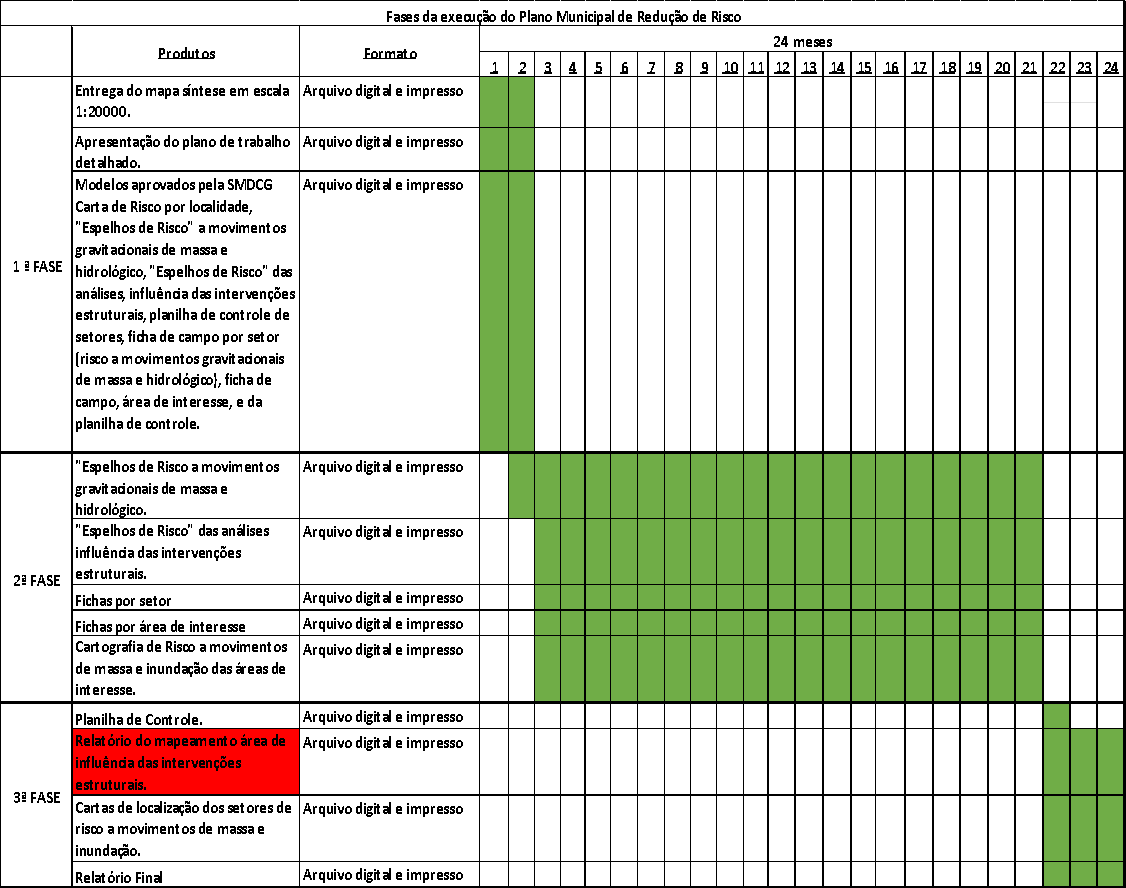
# FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

* 1. O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição de cada uma das fases:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1º Fase - INDICADOR 1** | | |
| **Total ocorrências** | **de** |  |
| **Data Ocorrência** | **da** | **Descrição** |
|  | |  |
|  | |  |
| **1º Fase - INDICADOR 2** | | |
| **Total ocorrências** | **de** |  |
| **Data Ocorrência** | **da** | **Descrição** |
|  | |  |
|  | |  |
| **1º Fase - INDICADOR 3** | | |
| **Total de**  **ocorrências** | |  |
| **Data Ocorrência** | **da** | **Descrição** |
|  | |  |
|  | |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **NOTA FINAL** | |
| **PERÍODO DE AFERIÇÃO** |  |
| **PONTUAÇÃO FINAL** |  |
| **Observações:** | |

# Cronograma de Pagamento

****

* 1. O Cronograma de pagamento será executado em conformidade com o cronograma das fases de execução do Plano Municipal de Redução de Riscos.
  2. O cronograma de pagamento informarar a porcentagem aplicada a cada subfase, conforme planilha a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Fase | Subfase | Porcentagem Aplicada | |
| **Primeira** |  | TOTAL | Por Subfase |
| I | 6% | 2,5% |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | II |  | 3,5% |
| **Segunda** | III | 80,00% | 4,21% |
| IV | 4,21% |
| V | 4,21% |
| VI | 4,21% |
| VII | 4,21% |
| VIII | 4,21% |
| IX | 4,21% |
| X | 4,21% |
| XI | 4,21% |
| XII | 4,21% |
| XIII | 4,21% |
| XIV | 4,21% |
| XV | 4,21% |
| XVI | 4,21% |
| XVII | 4,21% |
| XVIII | 4,21% |
| XIX | 4,21% |
| XX | 4,21% |
| XXI | 4,22% |
| **Terceira** | XXII | 14% | 5,00% |
| XXIII | 5,00% |
| XXIV | 4,00% |

* 1. Destaca-se que a aplicação dos descontos previstos no item 5 do presente documento são realizados a cada subfase, de acordo com as ocorrências constatadas.
  2. O pagamento de cada subfase ocorrerá apenas após a entrega dos produtos conforme o cronograma referente a fase de execução, sendo necessário a prévia aprovação dos fiscais do contrato.
  3. A contagem do prazo para conclusão da subfase se inicia no dia subsequente a conclusão e aprovação pelos fiscais da subfase anterior.

# DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o Município de Niterói, através da Secretaria Municipal do Clima, Defesa Civil e

Resiliência e a empresa , CNPJ n° , celebrado para prestação de serviços continuados para elaboração do Plano Municipal De Redução de Riscos do Município de Niterói.

* 1. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.
  2. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Niterói/RJ, de de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA